

Chopada no Tribunal

Contrato do TCM-GO prevê gasto de R\$ 24,8 mil com bebidas para reuniões; na lista, 22 barris de chope Brahma.

Página 3

Rio Verde consolida força econômica e assume 2º maior PIB de Goiás

Impulsionado pelo agronegócio, município supera Anápolis no ranking estadual. Goiânia segue na liderança, Aparecida ocupa a terceira posição.

Página 16

Copa de 2026 termina sob polêmicas dentro e fora de campo

Arbitragem, interferência política, bastidores da CBF e críticas à campanha da Seleção Brasileira marcam o Mundial e ampliam o debate sobre o futuro do futebol nacional.

Página 20

TRIBUNA DO PLANALTO



Ano 40 • Nº 1.853 • R\$ 2
Goiânia, de 12 a 18 de julho de 2026

40 ANOS
Informação
que conecta
gerações



ESPECIAL 40 ANOS

40 FATOS EM 40 ANOS

Na linha do tempo, 40 acontecimentos ajudam a contar a transformação de Goiás enquanto páginas preservadas no acervo revelam parte da trajetória do jornal que acompanhou essas mudanças.

Páginas 4 a 7



Eleições 2026

Daniel Vilela mantém liderança e abre até 19 pontos de vantagem em nova pesquisa

Pesquisa Real Time Big Data aponta emedebista à frente em todos os cenários testados, com vantagem de até 26 pontos nas simulações de segundo turno.

Página 13



Foto: Arquivo TP

Há 40 anos, um jornal escolheu transformar a educação em sua maior notícia

Caderno Escola foi o ponto de partida para os concursos Goiânia na Ponta do Lápis e Goiás na Ponta do Lápis, iniciativas que transformaram escolas, revelaram talentos e marcaram gerações.

Páginas 18 e 19

Campinas

O bairro que nunca deixou de ser cidade e segue vivo na memória de Goiânia



Pesquisadora explica como o antigo município deu origem à nova capital, preservou uma identidade própria e mantém, até hoje, laços afetivos que resistem ao tempo e às transformações urbanas

Página 17

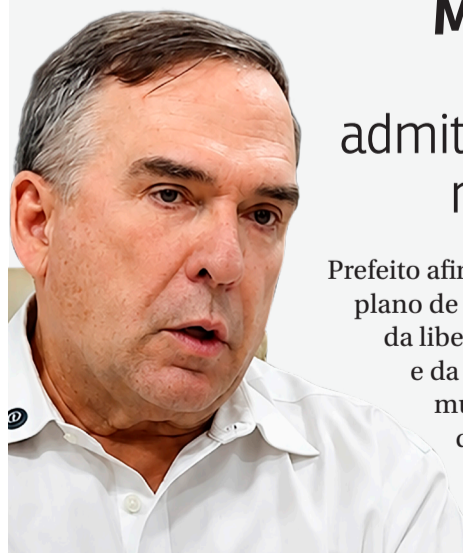
Entrevista

Sandro Mabel
Prefeito de Goiânia

Mabel condiciona futuro do Imas e admite fechar plano se reforma fracassar

Prefeito afirma que a continuidade do plano de saúde dos servidores depende da liberação da licitação pelo TCM e da aprovação, pela Câmara, de mudanças que incluem aumento das contribuições e restrição de dependentes.

Páginas 10 a 12



Editorial |

40 anos olhando para o futuro

Há datas que convidam à celebração. Outras, à reflexão. Os 40 anos do Tribuna do Planalto representam as duas coisas.

Ao longo de quatro décadas, este jornal acompanhou a transformação de Goiás, registrou fatos que marcaram gerações, deu voz aos mais diversos setores da sociedade e consolidou um compromisso que nunca mudou: oferecer informação com responsabilidade, credibilidade e independência.

Hoje iniciamos um novo capítulo dessa história.

Nossa nova identidade visual resgata as origens da Tribuna do Planalto. A tradicional logomarca serifada, que marcou os primeiros anos do jornal, volta a ocupar seu lugar como símbolo da seriedade, da firmeza e da confiança que sempre nortearam nosso trabalho. Preservamos as cores que fazem parte da nossa história e incorporamos um selo comemorativo de 40 anos, além de uma intervenção gráfica que representa a passagem do tempo e a constante evolução do veículo.

Mais do que uma mudança estética, essa escolha simboliza um reencontro com nossa essência. Em um tempo de informações instantâneas e, muitas vezes, superficiais, reafirmamos o valor do jornalismo comprometido com os fatos, com a apuração rigorosa e com o interesse público.

Também renovamos completamente nosso portal. O novo site foi desenvolvido para proporcionar uma experiência mais moderna, rápida e intuitiva, acompanhando as transformações tecnológicas sem abrir mão dos princípios que construíram nossa credibilidade. Afinal, a forma de informar evolui, mas os valores que sustentam o bom jornalismo permanecem os mesmos.

Celebrar 40 anos é motivo de orgulho, mas também de responsabilidade. Sabemos que a confiança conquistada ao longo dessa trajetória é resultado do trabalho diário de profissionais dedicados, da parceria com anunciantes e, principalmente, da fidelidade de nossos leitores.

É por vocês que seguimos evoluindo.

O passado nos inspira. O presente nos desafia. E o futuro nos motiva a continuar fazendo um jornalismo cada vez mais relevante, inovador e comprometido com a verdade. Obrigado por fazer parte desta história.

Tribuna do Planalto

40 anos. A tradição que informa. A inovação que aproxima.

Artigo

Estou impresso na Tribuna

A Tribuna do Planalto está com projeto gráfico novo, tem equipe nova (no seu tempo histórico) e está com projetos novos. Aos 40 anos, a Tribuna respira o novo. Renovar-se é da sua essência. Sua natureza é esta: manter a tradição de bom jornalismo com a pegada da transformação constante. Não envelhece nunca.

A Tribuna nasceu como jornal de bairro. Passou a jornal da cidade, Goiânia. Tornou-se veículo estadual com uma circulação espalhada pelos municípios e cobertura pioneira das comunidades locais. Nenhum veículo saía às segundas-feiras. Isso mudou com sua chegada às bancas como Jornal da Segunda. Passou a nacional com sucursal e redação fixa no Distrito Federal. Alcançou o mundo com a cobertura nas redes sociais.

Passo a passo, a Tribuna constrói a sua História. Um informativo necessário, uma empresa de comunicação resiliente e uma escola - pela referência no conteúdo de educação (concursos de redação Goiânia Na Ponta do Lápis e Goiás Na Ponta do Lápis), e como berço de formação de profissionais dedicados, marcantes na profissão.

São muitos os filhos da Tribuna. São inúmeras as lembranças dos tempos de reuniões de pauta, dos fechamentos de edição entrando pela madrugada, das horas e dias de batidas nas máquinas de escrever até a última gota de sangue e suor, da chegada dos computadores e impressora própria, da equipe crescendo com projetos brotando sem parar. A cada conquista, a certeza: a Tribuna sempre à frente de seu tempo.

Sebastião Barbosa, o dono, o empresário, o líder dessa transformação, tem muita história pra contar. E conta. Ele fez e faz a História de Goiás

há 40 anos. Leva em conta o desafio dos empreendedores que não desistem nunca. Que abrem picadas no tempo. Que não param nas dificuldades. Em vários momentos, a alternativa era o fim. Sebastião Barbosa renasceu. É um nova Tribuna a cada edição.

Posso falar dos amigos que fiz na Tribuna. Dos momentos inesquecíveis que passei na redação. Da saudade que tenho dos lanches barulhentos, das conversas entusiasmadas, dos arranca-rabos com os fatos, com as fontes e entre nós. Uma luta diária para fazer um jornal semanal que valesse a pena. E valeu a pena. Vale a pena cada lágrima do sorriso que vejo manchado em meus olhos quando ouço o nome que se impõe no alto da primeira página.

Meu coração está impresso nestas páginas. É a melhor notícia dos meus mais de 30 anos de jornalista. Abro as páginas e estou lá: revelado, com todas as letras, palavras e todos os sentimentos que as tintas (sou dessa época) carregam. Apreendi com os melhores. Convivi com os maiores. Me recordo da mais grata vida que um jornalista lá de Vianópolis e São Miguel do Passa Quatro poderia imaginar. E é tudo verdade. Está escrito na Tribuna do Planalto.



Vassil Oliveira
Jornalista e escritor.
Consultor político e de comunicação.

Artigo

Tribuna e a paixão pelo Jornalismo

Trabalhei por 15 anos no jornal Tribuna do Planalto. De 1995 a 2010. Comecei como free-lancer, fui repórter, subeditora, editora e cheguei a editora-chefe, graças ao coração aberto do presidente Sebastião Barbosa em formar novos talentos.

Saí para me aventurar no ramo de assessoria de imprensa em uma campanha eleitoral. Muitas vezes me peguei pensando como conseguir ficar por tanto tempo em um só lugar, já que tenho um espírito inquieto, sou intensa demais no que faço e quando vejo que

um projeto está pronto para andar sozinho, saio dele.

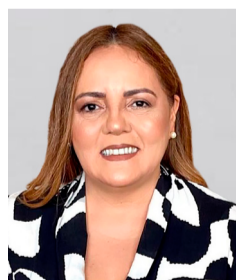
Mas na Tribuna do Planalto, sucedânea do pioneiro Jornal da Segunda, nunca era a mesma coisa. Fazer jornal tem disto. Nos renovamos todos os dias. Eu comecei me apaixonando pelo Caderno Comunidades, projeto do então editor-geral Vassil Oliveira, que acabara de suceder outro ícone do jornalismo: Luiz Carlos Bordoni. O caderno mantinha sucursais em nove regiões de Goiás. A maioria dos correspondentes não tinha "texto final" para os padrões de um jornal impresso.

Muitos eram radialistas, líderes comunitários e ambientalistas que sabiam contar as histórias da cidade. Sabiam tudo o que acontecia nos bairros, nas prefeituras, câmaras, meio ambiente, cultura e economia. Eles enviavam notas. E podem me chamar de dinossaura! Tenho orgulho disto! E pasmem! As notas chegavam em envelopes amarelos pelos Correios. Digitadas em máquinas de escrever. Eram os anos 90 e a redação da Tribuna foi a primeira a ter uma redação, digitalizada, um feito do jornalista Paulo Berinhgs, que também foi editor do jornal.

Abriamos o envelope, fazíamos o copy desk (primeira correção), digitávamos as notas e matérias. Fazíamos a edição, depois diagramação da página com fotos e ilustrações de grandes nomes. As comunidades do interior se sentiam pertencidas porque era a notícia chegando do interior para a capital e não o contrário. Esse foi um dos projetos ao qual me dediquei com muito entusiasmo.

Quinze anos se passaram muito rapidamente. Tive de sair aos pouquinhos do jornal e no dia que joguei meus cartões de visita na lixeira da minha antiga sala, desabei no choro. E foi assim que consegui ficar 15 anos em um único lugar. Por propósito e paixão.

O jornalismo tem esse poder. A Tribuna tem esse fascínio. Nestes 40 anos, por ela passaram grandes jornalistas e profissionais da fotografia, ilustração, design, das artes gráficas. Quem passou pela Tribuna não se esquece disso.



Elizeth Araújo
foi jornalista e editora chefe da Tribuna do Planalto



Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais

f Tribunadoplanalto
@Tribunaplanalto

Endereço e telefone:
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010
Fone: (62) 3434-1516



Tribuna Política

Domingos Ketelbey
dksilveira@gmail.com

Repasses em alta

Os repasses do Governo de Goiás destinados ao SUS para a Prefeitura de Goiânia praticamente triplicaram no primeiro quadrimestre de 2026. As transferências por convênios estaduais passaram de R\$ 10,1 milhões para R\$ 29 milhões, crescimento nominal de 185,8% em relação ao mesmo período do ano passado.

Sintonia política

O aumento dos repasses ocorre em um ano pré-eleitoral e em meio ao alinhamento político entre o governador e pré-candidato ao Palácio das Esmeraldas, Daniel Vilela (MDB), e o prefeito Sandro Mabel (UB).

Conta da Saúde

O prefeito atribuiu o aumento dos repasses estaduais ao SUS à cobrança feita pela Prefeitura por uma compensação maior pelo atendimento de pacientes de outros municípios da Região Metropolitana. “Nós começamos a exigir mais essa transferência, começamos a exigir mais o pagamento dessa contrapartida”, afirmou.

2028 já está aí

A discussão sobre sucessão em Goiânia para 2028 já começou. O presidente da Assembleia Legislativa, Bruno Peixoto (UB), a empresária Ana Paula Rezende (PL) e o próprio Mabel aparecem em conversas de bastidor. Na centro-esquerda, o nome da vereadora Aava Santiago (PSB) também aparece bem cotado, junto com o do vereador Edward Madureira (PT). A eleição de outubro será um termômetro.

Fila da Câmara

A eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Goiânia para o biênio 2027-2028 deve ocorrer entre outubro e novembro do ano que vem, mas a movimentação já começou. Nos bastidores, aparecem como possíveis nomes para a presidência Ronilson Reis (SD), Henrique Alves (MDB), Thiallu Guiotti (Avante), Geverson Abel (Republicanos) e Welton Lemos (Novo). Entre os cotados, uma avaliação é unânime: Romário Policarpo (Cidadania), atual presidente, terá forte influência no desfecho da disputa.

PSOL de olho

Quem acompanha de perto a indefinição no PT é a presidente do PSOL em Goiás, Cintia Dias. Ela tem reforçado que pontua melhor que Luis Cesar Bueno nas pesquisas e também tem maior potencial eleitoral que o petista.



Foto: Divulgação

Luis Cesar vai recuar; PT busca Adriana ou Aava

A candidatura de Luis Cesar Bueno ao governo de Goiás entrou em contagem regressiva. Escolhido há poucas semanas pelo PT para encabeçar o palanque do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Estado, o ex-deputado estadual já considera recuar da disputa. A decisão ainda não foi anunciada, mas a possibilidade deixou de ser especulação lateral e passou a ser tratada como desfecho provável por aliados petistas.

Luis Cesar vive um momento de reflexão. Avalia a conjuntura, mede o tamanho da candidatura e observa o movimento das peças ao redor. O recuo é iminente. Nos bastidores, petistas apostam que a decisão será tomada em até dez dias. Talvez antes. A frente progressista, que já vinha pressionada pela demora na montagem da chapa majoritária, voltou a ficar em suspensão. O que parecia resolvido com a escolha de Luis Cesar voltou a ser pergunta.

A mudança de ambiente tem relação direta com a conversa de Lula com a deputada federal Adriana Accorsi, presidente estadual do PT, e com a vereadora Aava Santiago, presidente do PSB em Goiás. O presidente quer um palanque forte no Estado. E, para interlocutores petistas, deixou clara a preferência por uma das duas mulheres na cabeça da chapa. O problema é que nenhuma delas demonstra disposição tranquila para assumir o sacrifício.

Adriana está próxima de uma reeleição à Câmara dos Deputados e tem papel central na condução do PT em Goiás. Entrar na disputa ao governo significa abandonar uma eleição proporcional considerada viável para assumir uma candidatura difícil, de alto custo político e eleitoral.

Aava também calcula o risco. A vereadora aparece como nome capaz de crescer dentro do campo progressista, especialmente após a aproximação com Lula e a entrada do PSB na conversa. Mas a decisão passa por uma avaliação interna sobre viabilidade, estrutura e o tamanho real do palanque que a frente progressista conseguirá montar. Uma joga a responsabilidade para a outra.

Petistas ligados a Aava avaliam que ela pode crescer e dar mais densidade ao palanque de Lula. Setores próximos de Adriana sustentam que a deputada tem mais recall, mais estrutura e mais capacidade de unificar a esquerda. No fundo, todos sabem que o dilema é o mesmo: Lula quer uma candidatura com peso político real, mas os nomes mais competitivos resistem a entrar no jogo. Uma pesquisa encomendada pelo diretório nacional do PT deve apontar os rumos que o partido tomará.

Com a desistência de Luis Cesar Bueno confirmada, o PT voltará ao ponto de partida, mas com menos tempo e mais cobranças. A frente progressista terá de decidir se quer apenas ter candidato ou se pretende construir, de fato, um palanque competitivo para Lula em Goiás. Hoje, a segunda opção continua sem dono.

IMPACTOS DIRETOS AO SENADO

Governistas acompanham o movimento com atenção. Além da pré-candidatura ao Governo de Goiás, Lula também quer Adriana Accorsi ou Aava Santiago na disputa ao Senado. Um nome forte da oposição na corrida à Casa Alta teria impacto direto sobre a base caiadista, já congestionada com Gracinha Caiado (UB), Zacharias Calil (MDB), Vanderlan Cardoso (PSD) e Gustavo Mendanha (PRD).

Troco jurídico

Depois de enfrentar duas judicializações numa mesma semana, o PL goiano começou a discutir uma reação mais organizada no campo jurídico. Integrantes do partido avaliam que a legenda não pode apenas responder a ações movidas por adversários. A orientação em estudo é mapear vulnerabilidades de outras campanhas e devolver a pressão pela mesma via: representação, contestação e pedido de apuração.

Com a palavra

Leonardo Batista, um dos advogados do PL em Goiás, afirma que há mais ajuizamento de ações do que processos efetivamente sofridos pelo partido. De acordo com ele, na ação movida pelo PDT, por exemplo, houve decisão monocrática extinguindo o processo. “Estamos acompanhando e monitorando as ações contra nós e também as movimentações extrajudiciais dos candidatos”, disse à Tribuna Política.

Caiado acena às mulheres

Durante congresso evangélico no Riocentro, no Rio de Janeiro, Ronaldo Caiado rebateu a fala de Paulo Figueiredo de que mulheres votariam mal. “A minha esposa Gracinha [e outras mulheres] são muito mais influentes nas nossas decisões, muito mais certas”, afirmou.

Ataque duplo

Após almoço com empresários na Associação Comercial do Rio de Janeiro, Caiado criticou Flávio Bolsonaro e Lula pelo embate sobre as tarifas dos EUA. “Dois candidatos que não defendem o Brasil, defendem o processo eleitoral próprio”, disse.

Sem citação

Distribuída em agosto de 2025, a ação de improbidade proposta pelo Ministério Público contra o ex-prefeito Rogério Cruz (Solidariedade) caminha para completar um ano sem que ele tenha sido citado. Sem o ato formal, não começa o prazo para apresentação da defesa e o processo não avança em relação ao ex-gestor.

Sob explicação

Levantamento da Folha de S.Paulo apontou que 616 juízes e desembargadores goianos receberam acima do teto de R\$ 46,4 mil em maio, com pagamentos de até R\$ 495 mil e cerca de um em cada dez casos acima até do limite excepcional de R\$ 78,8 mil.

Resposta ao STF

O TJGO respondeu nesta semana à cobrança dos ministros Alexandre de Moraes e Flávio Dino. Ao Supremo e à imprensa, sustentou que os pagamentos realizados em maio e junho seguiram orientações do CNJ e decisões da própria Corte.

Chopada no Tribunal

Assinado em 26 de junho pelo presidente Joaquim Alves de Castro Neto, um contrato do TCM-GO prevê gasto de R\$ 24,8 mil com bebidas para reuniões, solenidades, confraternizações e outros eventos institucionais. A lista inclui 22 barris de chope Brahma, ao custo de R\$ 19,6 mil, além de refrigerantes, sucos e água com gás.

40 anos

A Tribuna do Planalto chega aos 40 anos com história, memória e presença no debate público de Goiás. Em quatro décadas, atravessou governos, eleições, crises, mudanças tecnológicas e transformações no jornalismo sem perder sua função principal: registrar a política, a economia, a cultura e os movimentos da sociedade goiana. Foi o primeiro veículo no Brasil a dedicar um caderno exclusivo para educação. Vida longa à Tribuna.

ESPECIAL | 40 ANOS

40 FATOS

EM 40 ANOS

De 1986 a 2026, acontecimentos políticos, econômicos e sociais transformaram Goiás. Ao longo do mesmo período, o Jornal da Segunda mudou de nome, de projeto gráfico e de linguagem, tornou-se Tribuna do Planalto e noticiou as mudanças que redesenharam o Estado

» Lucas de Godoi

Quando o Jornal da Segunda começou a circular, em 1986, Goiás era um Estado diferente. O Tocantins ainda fazia parte de

seu território, Goiânia tinha menos de 1 milhão de habitantes, Iris Rezende era a principal liderança política goiana e Henrique Santillo seria eleito governador naquele ano, em um país que acabava de deixar para trás duas décadas de ditadura militar.

Nos 40 anos seguintes, Goiás atravessou uma tragédia radioativa, perdeu mais da metade de seu território com a criação de um novo Estado, assistiu à ruptura de ciclos políticos, tornou-se potência do agronegócio, ampliou sua presença

industrial, viu cidades crescerem e enfrentou crises que mudaram a vida de milhões de pessoas.

O jornal também mudou. Renovou sua identidade gráfica, ampliou temas e linguagens e, em 2006, passou a circular como Tribuna

do Planalto já imerso em um ambiente digital. Nesta linha do tempo, 40 acontecimentos ajudam a contar a transformação de Goiás enquanto páginas preservadas no acervo revelam parte da trajetória do jornal que acompanhou essas mudanças.

1986

COMEÇA UMA HISTÓRIA

Nasce o Jornal da Segunda

O semanário começa a circular em Goiânia a partir do jornalismo comunitário e logo ocupa forte presença na cobertura política, da administração pública e dos acontecimentos de Goiás.



1987

CÉSIO-137

Goiânia enfrenta a maior tragédia radiológica do país

O acidente deixou quatro mortos, contaminou centenas de pessoas e projetou sobre a capital um estigma que atravessaria décadas.

1988

UMA NOVA CONSTITUIÇÃO

A Constituição Federal restabeleceu direitos democráticos, fortaleceu os municípios e redesenhou as relações entre União, estados e prefeituras.

1988

NASCE O TOCANTINS

A criação do novo Estado retirou de Goiás mais da metade de seu território e alterou profundamente sua configuração geográfica, econômica e política.

1989

O BRASIL VOLTA ÀS URNAS

Depois de 29 anos, os brasileiros voltaram a escolher diretamente o presidente da República em uma eleição que mobilizou também o eleitorado goiano.

1990

GOIÁS VOLTA A ELEGIR IRIS

Iris Rezende retorna ao governo do Estado e reafirma a força do grupo político que dominaria a política goiana durante grande parte da década.

1992

COLLOR SOFRE IMPEACHMENT

A primeira deposição de um presidente eleito pelo voto direto após a redemocratização mobilizou o país e marcou uma geração de brasileiros.

1994

O REAL MUDA A ECONOMIA

A nova moeda encerrou um longo período de hiperinflação e transformou o consumo, os salários e o planejamento das famílias goianas.

1995

CENTRO-OESTE BUSCA FORÇA POLÍTICA



Governadores do Centro-Oeste se articulam contra mudanças no ICMS e defendem maior unidade política para ampliar a força da região. A capa preservada no acervo registra um período em que Goiás buscava consolidar sua influência econômica e política no país.

↓

1995

GOIÂNIA SE APROXIMA DE 1 MILHÃO DE HABITANTES

O crescimento populacional acelera a expansão urbana e amplia os desafios relacionados ao trânsito, à habitação, ao saneamento e aos serviços públicos.

↓

1997

PRIVATIZAÇÕES CHEGAM A GOIÁS

A venda de empresas públicas e as mudanças na economia nacional alteram a presença do Estado em setores estratégicos e alimentam debates que atravessariam as décadas seguintes.

↓

1998

A VIRADA NO PODER



A vitória de Marconi Perillo sobre Iris Rezende encerrou um longo período de hegemonia política do PMDB e abriu um novo ciclo de poder em Goiás. Aos 35 anos, o governador eleito apresentou-se como símbolo de renovação e liderou o grupo político que permaneceria no comando do Estado pelas duas décadas seguintes.

↓

O Jornal da Segunda acompanhou os dois lados daquela ruptura. Nas páginas preservadas no acervo, registrou a primeira derrota de Iris Rezende em uma eleição estadual e anunciou a chegada do “tempo novo” ao governo de Goiás.

↓

1999

O VAPT VUPT MUDA O ATENDIMENTO PÚBLICO

Criado no fim dos anos 1990, o modelo concentrou serviços públicos em um único espaço e se tornou uma das marcas da modernização administrativa do Estado.

↓

2000

GOIÂNIA ENTRA NO SÉCULO XXI COMO METRÓPOLE

A capital ultrapassa 1 milhão de habitantes e consolida uma região metropolitana marcada pela integração crescente com Aparecida de Goiânia e municípios vizinhos.

↓

2001

CIDADE DE GOIÁS SE TORNA PATRIMÔNIO MUNDIAL

O reconhecimento pela Unesco projeta internacionalmente o patrimônio histórico da antiga capital e reforça a preservação da memória e da identidade cultural goiana.

↓

2002

UM JORNAL EM TRANSFORMAÇÃO

Ao completar 16 anos, o Jornal da Segunda renovou seu projeto gráfico e preparou uma nova etapa de sua trajetória. As capas ganharam mais espaço para fotografias, recursos visuais e abordagens conceituais, enquanto o jornal ampliava sua cobertura sobre as transformações políticas, urbanas e sociais de Goiás.



↓

2002

LULA CHEGA À PRESIDÊNCIA

A eleição do primeiro presidente do PT inaugura um novo ciclo político nacional e altera as relações entre o governo federal e as forças políticas de Goiás.



↓

2003

ANÁPOLIS AMPLIA SUA FORÇA INDUSTRIAL

A expansão do Distrito Agroindustrial e do polo farmacêutico consolida o município como um dos principais centros industriais do Centro-Oeste.

↓

2004

O AGRO MUDA A ECONOMIA GOIANA

A expansão da produção de grãos, carnes e derivados fortalece o interior e amplia a participação de Goiás nas exportações brasileiras.

↓

2005

GOIÁS SE TORNA MAIS URBANO

O crescimento de Goiânia, Aparecida, Anápolis e das cidades do Entorno consolida uma nova configuração populacional e econômica do Estado.

↓

2006

NASCE A TRIBUNA DO PLANALTO



Vinte anos depois da criação do Jornal da Segunda, o periódico assume nova identidade e passa a circular como Tribuna do Planalto. A mudança de nome e de projeto gráfico inaugura uma nova etapa sem romper com a vocação de acompanhar a política, as cidades e os principais debates de Goiás.

ESPECIAL | 40 ANOS**2007**

■ **PRÉ-SAL E ETANOL REDEFINEM AGENDA ENERGÉTICA**

A descoberta do pré-sal abriu novas perspectivas para a economia brasileira, enquanto a expansão das usinas e da produção de etanol consolidava Goiás entre as novas fronteiras nacionais dos biocombustíveis.

2008

■ **MAGUITO É ELEITO PREFEITO EM APARECIDA**

A eleição de Maguito Vilela para o comando da segunda maior cidade de Goiás iniciou um ciclo político que transformou Aparecida de Goiânia em um dos principais polos urbanos e econômicos do Estado.

2009

■ **INDÚSTRIA E ENSINO SUPERIOR FORTALECEM INTERIOR**

A expansão de universidades e institutos federais levou o ensino superior a novas regiões, enquanto polos industriais já instalados em cidades como Anápolis e Catalão ampliaram a diversificação econômica e a geração de empregos em Goiás.

2010

■ **MARCONI VOLTA AO GOVERNO**

Após quatro anos fora do Palácio das Esmeraldas, durante o mandato de Alcides Rodrigues, Marconi Perillo vence novamente a eleição e inicia seu terceiro mandato.

2011

■ **O EIXO GOIÂNIA-ANÁPOLIS-BRASÍLIA GANHA FORÇA**

A concentração populacional, industrial e logística consolida uma das regiões economicamente mais dinâmicas do Centro-Oeste.

2012

■ **CASO CACHOEIRA ABALA A POLÍTICA GOIANA**

A Operação Monte Carlo revela relações entre o empresário Carlinhos Cachoeira, agentes públicos e lideranças políticas e leva o escândalo ao Congresso Nacional.

2013

■ **RUAS TOMAM CONTA DA POLÍTICA**

As manifestações de Junho levam milhares de pessoas às ruas de Goiânia e colocam transporte, serviços públicos, corrupção e representação política no centro do debate.

2014

■ **LAVA JATO MUDA O CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO**

Deflagrada naquele ano, a operação revelou um amplo esquema de corrupção, atingiu partidos e grandes empresas e provocou efeitos duradouros sobre a política nacional e as disputas eleitorais também em Goiás.

2015

■ **BRASIL MERGULHA EM UMA NOVA RECESSÃO**

A forte retração da economia interrompe um longo ciclo de crescimento, aumenta o desemprego, reduz investimentos e afeta empresas, governos e famílias também em Goiás.

2016

■ **DILMA ROUSSEFF SOFRE IMPEACHMENT**

A deposição da presidente aprofunda a polarização política nacional e reorganiza partidos e alianças também em Goiás.

2017

■ **CELG PASSA AO CONTROLE PRIVADO**

A venda da distribuidora para a Enel encerra décadas de controle estatal e abre um novo capítulo na prestação do serviço de energia elétrica em Goiás.

2018

■ **GOIÁS MUDA DE GRUPO POLÍTICO**



A eleição de 2018 encerrou duas décadas de governos ligados ao grupo político liderado por Marconi Perillo, período que também teve Alcides Rodrigues e José Eliton no comando do Estado, e levou Ronaldo Caiado ao Palácio das Esmeraldas. A vitória abriu um novo ciclo de poder em Goiás, em meio a transformações mais amplas na política, marcadas pelo avanço das redes sociais, pela fragmentação do debate público e pela cobrança por maior participação feminina nos espaços de poder.

As capas da Tribuna registraram diferentes dimensões daquele processo eleitoral e das mudanças que atravessavam a sociedade.

2019

SEGURANÇA PÚBLICA GANHA NOVA CENTRALIDADE EM GOIÁS

A redução dos índices de criminalidade, o endurecimento do discurso na área e o combate às facções colocaram a segurança pública entre as principais marcas da gestão Caiado.

2021

VACINA ABRE CAMINHO PARA A RETOMADA

A chegada das vacinas contra a Covid-19 reduz casos graves e mortes e permite a retomada gradual das atividades econômicas, escolares e sociais.

2025

O ESTADO SE APROXIMA DE UMA NOVA SUCESSÃO

A proximidade do fim do segundo mandato de Ronaldo Caiado reorganiza alianças, antecipa a disputa pelo governo e coloca a sucessão estadual no centro da política goiana.

2022

POLARIZAÇÃO MARCA AS ELEIÇÕES

A disputa entre Lula e Jair Bolsonaro mobiliza o eleitorado, amplia a divisão política e produz reflexos duradouros sobre as forças partidárias de Goiás e do Brasil.

2026

QUATRO DÉCADAS DEPOIS

A **Tribuna chega aos 40 anos**

Quatro décadas depois do nascimento do Jornal da Segunda, a Tribuna do Planalto permanece acompanhando as disputas políticas, as transformações econômicas e os desafios sociais de um Estado muito diferente daquele de 1986.

Ao longo de 40 anos, Goiás mudou de território, de perfil econômico, de configuração política e de tamanho. Governos se sucederam, cidades cresceram, crises deixaram marcas e novas atividades transformaram a economia.

2023

OS ATAQUES DE 8 DE JANEIRO ABALAM A DEMOCRACIA

A invasão das sedes dos Três Poderes leva à prisão e investigação de participantes de diferentes estados e aprofunda o debate sobre os limites da radicalização política.

2024

GOIÁS DESCOBRE UMA NOVA FRONTEIRA MINERAL

A exploração de terras raras e minerais críticos coloca o Estado no centro da disputa internacional por matérias-primas estratégicas para tecnologia e transição energética.

JORNAL DA Segunda



TRIBUNA DO PLANALTO

O jornal também atravessou seu próprio processo de transformação. Do Jornal da Segunda à Tribuna do Planalto, mudaram o nome, o projeto gráfico, as tecnologias e as formas de produzir e distribuir informação. Permaneceu o compromisso de acompanhar Goiás e registrar, semana após semana, a história em movimento.

» Com os estagiários Arthur Oliveira e Fábio Prado

2020

O ANO QUE PAROU GOIÁS

A pandemia de Covid-19 mudou radicalmente a rotina dos goianos. Escolas fecharam, atividades econômicas foram suspensas, hospitais ficaram sob pressão e milhares de famílias perderam parentes e amigos.

As capas da Tribuna acompanharam diferentes momentos da crise. Do alerta para que a população permanecesse em casa à obrigatoriedade das máscaras e à reabertura gradual do comércio, o jornal registrou uma emergência sanitária que marcaria definitivamente o início da década.



Há 40 anos, uma voz presente na história de Goiás



Daniel Vilela
Governador

Ao longo de quatro décadas, o jornal consolidou seu espaço como referência na cobertura dos fatos que movimentam o Estado, dando voz aos diferentes setores da sociedade e contribuindo para o fortalecimento do debate público. Em um período de tantas mudanças na comunicação, manter o compromisso com a informação de qualidade é um mérito que merece reconhecimento.

Uma imprensa livre, responsável e comprometida com os fatos é um dos pilares de uma sociedade democrática. É por meio da informação que a população acompanha as decisões públicas, participa dos debates e exerce plenamente sua cidadania. O tra-

balho diário dos profissionais da comunicação fortalece as instituições e amplia a transparência, valores essenciais para uma boa governança.

Goiás vive um novo momento. Nosso Estado cresce, atrai investimentos, gera oportunidades e se consolida como referência em gestão pública. Esse processo também é contado pela imprensa, que registra as conquistas, acompanha os desafios e contribui para aproximar o poder público da sociedade.

Como governador, acredito no diálogo permanente e no respeito ao papel desempenhado pelos veículos de comunicação. Governar também é ouvir, prestar contas e manter uma relação transpa-

rente com a população. Nesse caminho, a imprensa exerce uma função indispensável.

Ao longo desses 40 anos, a Tribuna do Planalto acompanhou diferentes governos, diferentes conjunturas e diferentes gerações de goianos. Sempre testemunhando a evolução do Estado e ajudando a preservar a memória dos acontecimentos que marcarão nossa história.

Hoje, quando Goiás se prepara para novos desafios e novas oportunidades, continuamos acreditando que desenvolvimento e democracia caminham juntos. E ambos dependem de instituições fortes, de uma sociedade participativa e de uma comunicação responsável.

Parabenizo todos os jornalistas, editores, fotógrafos, colaboradores, articulistas e profissionais que fizeram e fazem parte dessa história. O legado construído ao longo dessas quatro décadas demonstra que credibilidade se conquista diariamente, com trabalho, responsabilidade e compromisso com a verdade.

Que a Tribuna do Planalto siga cumprindo sua missão de informar, estimular o diálogo e contribuir para o desenvolvimento de Goiás. O futuro do nosso Estado continuará sendo construído com planejamento, responsabilidade e parceria. E contar essa história também continuará sendo uma missão fundamental da boa imprensa.

Atualização e tradição



Desembargador
Leandro Crispim
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Quatro décadas de cobertura contínua representam, antes de tudo, permanência, um valor cada vez mais raro na área da informação. O Poder Judiciário reconhece na imprensa uma função essencial ao Estado Democrático de Direito: a de dar publicidade aos atos públicos e permitir que a sociedade acompanhe, compreenda e fiscalize as instituições que a servem.

Ao renovar sua identidade visual e sua plataforma digital sem abrir mão da trajetória construída, a Tribuna do Planalto mostra que atualização e tradição podem caminhar juntas. É um esforço parecido com o que orienta o Judiciário goiano na busca por mais transparência e aproximação com o cidadão.

Que os próximos 40 anos sigam marcados pelo rigor e pela responsabilidade que caracterizam o jornalismo de referência.

Passou rápido



Sandro Mabel
Prefeito de Goiânia

Eu lembro da Tribuna sendo criada, e o jornal sempre mantém uma qualidade na edição, na apresentação dele. É um meio de comunicação que foi evoluindo também na parte digital.

Eu acho que são 40 anos bem vividos, que acompanham o mercado.

Eu, particularmente, sempre tive uma boa convivência, tanto como industrial, como presidente da Fieg e hoje como prefeito.

Um abraço apertado para a turma toda.

Parabéns.



Conselheiro Joaquim
Alves de Castro Neto
Presidente do TCMGO

Felicitações ao jornal Tribuna do Planalto por ocasião do seu 40º aniversário

Ao celebrar seus 40 anos de história, o Tribuna do Planalto consolida sua relevância para o jornalismo goiano e para a sociedade. O jornal construiu uma trajetória marcada pela cobertura qualificada da política, da economia, da educação e do municipalismo, sem abrir mão

de reportagens especiais e da permanente busca pela informação de interesse público.

Ao longo dessas quatro décadas, soube acompanhar as profundas transformações da comunicação, adaptando-se às novas plataformas e aos desafios do ambiente digital, sem perder

a credibilidade e a qualidade que o distinguem.

Em nome do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCMGO), cumprimento os dirigentes, jornalistas, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para essa história de dedicação ao jornalismo.

Que o Tribuna do Planalto siga exercendo seu papel com responsabilidade, independência e compromisso com a boa informação, fortalecendo o debate público e a cidadania. Recebam nossos cumprimentos pela significativa marca dos 40 anos.

Tribuna do Planalto: 40 anos de jornalismo inovador e de qualidade



Marcelo Baiocchi Carneiro
Presidente do Sistema Fecomércio/Sesc/
Senac Goiás e vice-presidente da Confe-
deração Nacional do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo (CNC).

O jornal Tribuna do Planalto chega à maturidade editorial mantendo a mesma capacidade de inovar que marca seus 40 anos de história. Concebido para promover a cobertura jornalística aprofundada da política e do esporte, sempre se esmerou na apuração de todas as áreas relevantes e de interesse público, registrando em suas páginas as profundas transformações econômicas e sociais vividas por Goiás e pelo Brasil nessas quatro décadas.

Entre as muitas novidades editoriais implantadas por Sebastião Barbosa da Silva e seus times de editores e repórteres de altíssimo nível estão o Caderno Escola, referência em todo o país. Produzir referências sempre foi a especialidade da Tribuna do Planalto, que elevou a qualidade do jornalismo goiano a um novo patamar, formando e revelando profissionais que se firmaram entre os melhores da comunicação em nosso estado.



Romário Policarp
Vereador, presidente da
Câmara Municipal
de Goiânia

Tribuna do Planalto: 40 anos de defesa da democracia

Ao completar 40 anos de serviços prestados ao jornalismo e à comunicação de Goiás, a Tribuna do Planalto registra sua participação e contribuição para o restabelecimento e a consolidação da democracia no Brasil. O próprio jornal é fruto do brado por nossa liberdade, pela vigilância ao exercício do poder e pela defesa dos mais simples.

A linha editorial delineada por Sebastião Barbosa da Silva e aplicada pelas gerações de jornalistas que se sucederam na redação ajudou a moldar a imprensa goiana e estimulou o interesse dos goianos pela política. Parabéns à Tribuna do Planalto por essa história de sucesso. Vida longa ao jornalismo de qualidade praticado por seu time de colaboradores.



Thais Sena de Castro
Presidente em exercício da
OAB-GO

Compromisso ético e responsabilidade jornalística

Nestas quatro décadas, a Tribuna do Planalto registrou, com compromisso ético e responsabilidade jornalística, a história de Goiás em suas páginas.

A advocacia goiana é testemunha de que, ao longo de sua trajetória, o jornal consolidou-se como um dos mais importantes veículos de comunicação do Estado, pautando sua atuação pela credibilidade da informação e pela constante capacidade de inovação diante das transformações vividas pela sociedade e pelo jornalismo.

É por meio de uma imprensa livre, independente e comprometida com a difusão de informações de qualidade que a democracia se fortalece, o debate público se qualifica e a cidadania encontra espaço para florescer.

O sonho que deu certo



Luiz Carlos Bordoni
Jornalista

Julho, dia 07, 1986. Três dias antes, começávamos a preparar a primeira edição do Jornal da Segunda. Eu estava de volta a Goiânia, egresso da Folha de São Paulo. Tião e Rangel haviam me convidado, dia 1º, para ser o editor-chefe. Seis dias depois, o “parto”. Eu era o redator e o editor, chefe de mim mesmo. Lélvio Vaz, o revisor. Rangel fez as matérias de esporte. Eu escrevi o resto do jornal. Diagramação e edição no José Mota, outro sonhador, com oficina na 85.

No dia do lançamento, fechamos às 19 e 30. Rangel levou o material para a gráfica. Fui para casa. Banho rápido, correria. O Jô-quei já recebia bom público quando cheguei. E o tempo passando e nada do jornal chegar. Eu e Tião ficamos aflitos. Para ganhar tempo, usando o som local, passei a entrevistar políticos, jornalistas e convidados. O senador Henrique Santillo, candidato a governador pelo PMDB, foi uma das atrações. Carlos Alberto Silva, técnico do Goiás e, depois, da seleção brasileira, nos ajudou com ótima entrevista.

Foi quando Rangel chegou com o “bebê” nos braços. Parto feito. Para este, não há cesariana. Nascia o Jornal da Segunda, semanário, fruto do sonho de Sebastião Barbosa da Silva e José Carlos Rangel Alves. Mais um desafio para mim. Mais uma vitória.

O primeiro exemplar nasceu com atraso, é verdade, mas nasceu. E, naquele instante, compreendi que o jornalismo também tem algo de maternidade: há dor, ansiedade, noites sem dormir, medo de que nada dê certo e, finalmente, a alegria indescritível de ver o sonho ganhar vida.

Naquela noite, não imaginávamos que aquele pequeno jornal, produzido com tanta coragem, atravessaria décadas. O tempo passou, o Jornal da Segunda cresceu, amadureceu e reinventou-se. Transformou-se na Tribuna do Planalto, acompanhando as mudanças da comunicação, da tecnologia e da própria sociedade goiana, sem abrir mão do compromisso com a credibilidade, a independência e o bom jornalismo.

Sobreviveu às crises do papel, às profundas transformações digitais e às constantes mudanças do cenário político porque construiu, ao longo de sua trajetória, um patrimônio que nenhum tempo consegue desgastar: a confiança dos leitores. Repito, pois me honra, ter participado de seus primeiros passos. Fui o seu primeiro editor. Vi nascer a primeira edição, acompanhei as primeiras dificuldades, as primeiras vitórias e testemunhei o início de uma história que continua sendo escrita com competência e dedicação. Para um jornalista, poucas alegrias se comparam à de olhar para trás e perceber que aquele sonho coletivo prosperou.

Minha homenagem especial a Sebastião Barbosa, o nosso querido Tião, e ao querido José Carlos Rangel, que acreditaram quando muitos ainda duvidavam. A determinação, a coragem empreendedora e o amor de ambos pelo jornalismo foram decisivos para transformar uma ideia em uma das mais respeitadas instituições da imprensa goiana. Hoje é o Tião quem toca o barco. Grande e vitorioso capitão.

Mas não posso esquecer a tripulação, estendendo esse reconhecimento a todos os profissionais que fizeram e fazem parte dessa caminhada: diretores, editores, repórteres, fotógrafos, diagramadores, revisores, articulistas, equipe comercial, distribuidores e colaboradores. Um jornal não é construído por uma única pessoa. Ele é fruto do talento, da dedicação e do compromisso diário de uma equipe inteira.

Parabéns à Tribuna do Planalto por sua trajetória vitoriosa. Que continue firme na defesa da boa informação, do pluralismo, da ética e do interesse público. Alguns jornais apenas registram a história. Outros passam a fazer parte dela. A Tribuna do Planalto, há muito tempo, conquistou esse lugar. E confesso, com emoção, que me sinto profundamente honrado por ter ajudado a escrever a sua primeira página.



Entrevista

Sandro Mabel
Prefeito de Goiânia

Mabel ameaça fechar Imas se TCM mantiver cautelar e Câmara rejeitar reforma

Prefeito, que foi pessoalmente ao Tribunal na última semana, dá ultimato a órgão de controle e envia recado político aos vereadores sobre destino do plano de saúde

O prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (UB), tem entre as prioridades imediatas da gestão selar o destino do plano de saúde dos servidores municipais e também modernizar o GoiâniaPrev, pautas que interessam diretamente o funcionalismo público. Conforme afirmou à Tribuna, o Imas foi recebido com mais de R\$ 2,5 bilhões em dívidas, que, após auditorias e acertos, ainda estão em aberto cerca de R\$ 220 milhões.

Apesar do avanço, o instituto ainda demanda mudanças estruturais para melhorar o atendimento aos usuários e deixar de ser uma fonte permanente de crise administrativa. Por isso, Mabel articula pessoalmente, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO), a liberação da homologação da licitação que terceiriza a gestão da estrutura. Na sequência, pretende encaminhar à Câmara Municipal um projeto de lei para aumentar as contribuições e limitar o número de dependentes.

Na entrevista à Tribuna do Planalto, o prefeito fala sobre o passivo financeiro herdado da gestão anterior e apresenta os planos para a segunda metade do mandato. Na área de infraestrutura, aposta que Goiânia se transformará em um canteiro de obras, com a execução de mais de R\$ 1 bilhão em recursos de empréstimos, além de ao menos outros R\$ 2 bilhões provenientes de superávit orçamentário.

» Andréia Bahia e Lucas de Godoi

SANDRO MABEL

Não, temos muita dívida. No Imas (Instituto Municipal de Assistência à Saúde dos Servidores de Goiânia), por exemplo, tínhamos R\$ 2,5 bilhões só de tributos federais para pagar. Nós renegociamos todos, baixamos para R\$ 300 milhões, praticamente, para pagar em dez anos, depois de uma negociação exaustiva de oito meses. Fizemos uma negociação grande com os fornecedores; uma boa parte não vamos pagar, fornecedor que não

consegue comprovar o que foi prestado. Tem uma oficina que emitia uma nota de R\$ 500 mil por mês, todo mês, sequencialmente, e depois emitia mais algumas notas, que eu suponho que fossem os serviços que ela tinha feito; mas tinha R\$ 500 mil redondo todo mês. Como R\$ 500 mil redondo? Estou dando isso só como exemplo. Na Saúde, tínhamos quase R\$ 1 bilhão de coisas para trás. Só de dinheiro que veio do SUS, R\$ 120 milhões, que a Prefeitura botou dentro do caixa único e não pagou os fornecedores

do SUS. Nós estamos pagando aos poucos, mas o SUS está nos cobrando, quer receber de volta esse dinheiro e que ainda paguemos o fornecedor. Eu falei: Espera aí, eu não posso devolver e pagar. Posso pagar. Mas são R\$ 120 milhões. Tinha R\$ 200 e poucos milhões de crédito consignado com bancos, que a Prefeitura recebeu do funcionário, botou no caixa único e não pagou. São coisas que foram feitas. Hoje, a gente já conhece todos os passivos que existem. Só de anestesistas, são R\$ 68 milhões para

trás, coisa de muitos meses; oncologia, temos quase R\$ 80 milhões para pagar; no Imas, temos R\$ 250 milhões para pagar. Nós já pagamos uns R\$ 20 milhões, R\$ 30 milhões, mas temos ainda R\$ 220 milhões para pagar. Coisa que não tinha sido empenhada, não tinha nada, passou como contas a pagar de R\$ 5 milhões e pouco e estavam cobrando R\$ 250 milhões. Nós decretamos calamidade financeira, além da Saúde, a calamidade financeira, que permitiu que nós fizéssemos uma série de nego-

TRIBUNA DO PLANALTO

O senhor assumiu a Prefeitura dizendo que tinha encontrado cerca de R\$ 3 bilhões em dívidas. Como está esse cenário um ano e meio depois? Ainda está administrando um processo de recuperação ou essa crise ficou para trás?

ciações. O que nós temos pago, estamos pagando com 30%, 40% de desconto, parcelando em 20 vezes sem juros. Ainda tem muita conta para pagar, muitos ingressaram na Justiça. Nós temos de reclamações trabalhistas na Comurg, R\$ 1,2 bilhão.

E como ficou o passivo da Comurg? O senhor renegociou a dívida com a Fazenda Nacional de R\$ 2,5 bilhões, que caiu para R\$ 300 milhões e foi parcelada. O passivo trabalhista, como tem sido pago e como o senhor pretende liquidar?

O passivo trabalhista nós estamos discutindo. Trocamos todos os advogados, porque o corpo de advogados, que era de 40 e poucos advogados, eram associados a advogados de sindicatos. Os acordos que aconteciam eram todos que o corpo jurídico da Comurg homologava junto com o sindicato. Era prejuízo para nós para tudo quanto é lado.

Nós tínhamos R\$ 1,2 bilhão, mas já entramos com um monte de ação. Tem ações coletivas lá de 1.500 pessoas e tem papel de 200; as outras 1.300 não têm papel, só estão na causa junto, mas não tem papel de ninguém. Tem advogados que assinavam procuração pelos funcionários; tinha acertos de rachadinha e só de acerto de rachadinha nós tivemos quase R\$ 23 milhões. A gente vem driblando esse passivo todos os dias e entendemos hoje que o nosso passivo trabalhista na Comurg desce de R\$ 1,2 bilhão para aproximadamente R\$ 400 milhões, porque a gente está defendendo e fazendo rescisória, contratando outro pessoal e passamos a instruir os processos. Tem processo completamente sem pé nem cabeça, só que, como os advogados eram sócios de uma turma e da outra, ganha-

vam os honorários, ganhava tudo, repartia e a Comurg ia pagando. O aterro sanitário é a mesma coisa, tem problema de medição de máquina da Comurg. O diário de bordo das máquinas dizia que a máquina só trabalhava um turno e eles faturavam dois turnos completos, como se tivesse trabalhado oito horas em um turno e oito horas no outro, e que tinha trabalhado todos os dias do mês. Trinta dias por mês, incluindo o mês de fevereiro, que tem 28, trabalhava 30 também. Vinha a fatura e pagavam-se essas faturas. Nós temos mandado para a polícia um monte de coisa, para o Ministério Público, e vai tirando da frente. Com esse tipo de fornecedor a gente não negocia. A gente briga com ele. Já disse para ele que não vai pagar, ele que ingresse na Justiça. Muitos ingressam e, quando ingressam, a gente entra com uma queixa criminal também. Os anestesistas perguntam: Vamos dar desconto por quê? Porque vocês não deviam ter anestesiado todos esses meses sem receber. Isso vocês têm que absorver como prejuízo. Eu não vou pagar para vocês.

No caso dos anesthesiologistas, eles não tinham contrato?

No Imas inteirinho não tinha um contrato. Era tudo pago por indenização, todo mundo.

Sobre o Imas, o senhor afirmou que pode vir a fechá-lo. Ainda é essa a decisão do senhor?

A Unimed de São Paulo fechou. A Unimed de São Paulo paga mais de R\$ 100 mil para o presidente, tem não sei quantos diretores capacitados e tudo mais. Nosso Imas não tem, não. O presidente ganha R\$ 15 mil. E, como a gente apertou, não tem de onde tirar, porque tinha o cara que ganhava R\$ 15 mil e o que ganhava mais R\$ 100 mil por fora. Esses apertos para todos os lados é que fazem os bezerros gritar. É bezerro que não desmamou. Essas coisas, no Imas, não temos capacidade de gerenciamento. Não temos dinheiro para contratar, não tem estatuto que permita contratar, não temos capacidade desse gerenciamento. Tem funcionário que paga R\$ 1,30 por mês e tem dez da família, cada um paga R\$ 1,30. É uma conta que não fecha. Vai um projeto para a Câmara, modificando essa forma de cobrança, mas eu só mando se aprovarem a empresa contratada para nos ajudar. A empresa tem quase um milhão de vidas; eles sabem como negociar hospitais, como negociar pacotes. Lá, o cara ia para o hospital, o hospital ia fazendo exame, tudo por indenização, fazia 40, 50 exames. Hoje, não; tem um pa-

cotinho de R\$ 200 com a consulta embutida e mais cinco exames. Se for aumentando, a regulação nossa faz. Nós equilibramos o Imas, mas estamos atendendo mal, com o pouco dinheiro que tem não dá para atender bem.

O TCM inviabilizou a contratação dessa empresa de gestão e o senhor esteve lá para discutir isso. O que ficou decidido? O Tribunal vai rever a cautelar que impediu a assinatura com a empresa de gestão?

Nós mostramos o que é a empresa, como funciona, por que não temos condição de tocar; mostramos tudo isso e dissemos para eles o seguinte: A sentença do Imas é de vocês. Se vocês mantiverem a cautelar, nós fechamos o Imas na semana que vem.

A gente não tem o que fazer. Eu estou atendendo o funcionário mal. Então, eu vou pegar o dinheiro que gasto no Imas, chegar para o funcionário e falar: Cada um tem tantos reais aqui; procura o seu plano de saúde ou nós vamos ajudar a organizar o plano de saúde para eles. E pronto, resolve esse assunto. Porque não tem como também o contribuinte ficar pagando R\$ 30 milhões por mês para tocar o Imas do jeito que tocava.

E fatura quanto hoje, das contribuições e da parte que a Prefeitura paga?

R\$ 16 milhões.

Esses R\$ 14 milhões vão sair do bolso de quem?

Não precisa de R\$ 14 milhões. Nós achamos que o Imas, com R\$ 23 milhões, R\$ 24 milhões, a gente toca ele. A Prefeitura vai entrar com uma parte desse excedente e o beneficiário vai entrar com a outra. Não tem como eu ter um dependente pagando R\$ 1,30.

A grande mudança vai ser cobrar mais dos dependentes?

Limitar o número de dependentes, cobrar um pouco mais dos dependentes, principalmente dos agregados, vamos chamar assim. Porque hoje, você pode colocar avô e avó. A faixa etária acima de 50 anos é absurda, é quase 70%. Porque todas as vidas que os outros planos não querem vão para lá. Oncologia consome cinco meses e meio de arrecadação do Imas.

Qual a expectativa com o projeto do Imas na Câmara? O senhor tem base consolidada entre 25 e 27 vereadores. Esse projeto do Imas passaria tranquilamente na Casa?

Nós estamos mandando para o Tribunal de Contas; o Tribunal de Contas dando ok, a gente manda o projeto para a Câmara. Se a



Eu devo ter colocado na praça, até outubro, umas 50 obras que estão sendo licitadas.

Câmara não passar, fecha na semana seguinte.

A bola está com o Tribunal porque precisa aprovar a contratação da empresa gestora?

Se aprovar, a gente manda o projeto para a Câmara. A empresa entra, a gente começa a melhorar o sistema e manda o projeto para a Câmara para fazer o cálculo atuarial e cobrar dentro do cálculo atuarial, que vai ser muito mais barato que qualquer plano de saúde, pelo que nós simulamos. Se a Câmara também não aprovar, não tem que fechar.

O senhor acabou de aprovar na Câmara projetos importantes, como o empréstimo de R\$ 310 milhões e pretende fazer mais operações, como a de R\$ 500 milhões para a agenda de clima. Qual é o limite de endividamento seguinte para Goiânia?

O Tesouro Nacional permite você endividar 150% da sua receita líquida de um ano. Goiânia teria uma capacidade de endividamento de R\$ 13 bilhões. O endividamento hoje de Goiânia, o que nós pagamos e o que nós pegamos é R\$ 2 bilhões. Teríamos R\$ 10 bilhões e pouco para endividar. Mas é mais do que isso que pode endividar, porque o endividamento líquido de Goiânia, que é o endividamento menos o que tem de meios para pagar, é R\$ 400 milhões. Por isso que fizemos os superávits no ano passado e neste ano. O endividamento hoje é R\$ 300 e poucos milhões, ou seja, é 3,9%. Não tem nenhum perigo de comprometimento. Esses investimentos são para fazer algumas coisas extras, como o Puama (Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns), para o qual nós pegamos R\$ 300 milhões. É um programa ambiental grande e de muito longo prazo para pagar. Temos que dar continuidade a um projeto que começou, fez uma primeira etapa que demorou 35 anos para concluir, e agora, estamos na segunda etapa do Puama. Eu penso em fazer muito diferente do que ele foi feito.

O que entra de obras dentro desse empréstimo?

Tudo, desapropriação, parque, praças, correção de algumas coisas, plantar árvore e outras coisas mais. O que comeu muito o dinheiro do Puama foram as desapropriações. Nós não vamos fazer mais desapropriações. O Puama tem 24 quilômetros e nós vamos abrir uma trilha de 24 quilômetros, vamos abrir o Puama inteirinho, e toda a cidade vai poder se beneficiar do Puama. A trilha será de cinco metros, de três metros, aí o técnico vai definir. A cidade toda vai poder andar. Eu vou fazer uma maratona, uma meia maratona, uma maratona inteira, vai e volta dentro do Puama. Mantendo toda a estrutura do Puama, nós vamos tomar conta daquele programa, porque tudo que desapropriamos está sendo invadido; vem sendo invadido ao longo dos anos. É um dinheiro que queimamos e jogamos fora. Para você tomar conta, que nem a Transamazônica, precisa ter um meio de circulação lá dentro. Fizemos a Transamazônica, nós vamos fazer um negócio desse. Depois, conforme esteja perto de bairros ou de alguma centralidade que seja importante ter uma praça, ter um equipamento público para as crianças brincarem, um lago, por alguma razão, tudo que puder ser feito, nós vamos fazer com uma parte desse financiamento. Eu não vou gastar nem 1%, pelo menos não pretendo gastar nem 1%, em desapropriação.

Dá tempo de gastar todo esse dinheiro - dos empréstimos e do superávit - no mandato?

Eu não penso no mandato, eu penso na cidade. Quando assumi, mandei ver os projetos que tinham prontos para ver o que eu poderia aproveitar. Sabe quantos tinha? Nenhum. Não tinha um projeto para fazer uma casinha de sabiá aqui na Prefeitura. Eu vou gastar R\$ 100 milhões só em projetos, projetos que eu não vou realizar no meu mandato, muitos deles, projetos que são importantes para a cidade. Vamos fazer várias passagens na Perimetral Norte para aliviar o trânsito dos cruzamentos. Fazer quatro delas. Eu pretendo entregar no meu mandato, se eu não conseguir, o projeto está pronto. Eu vou fazer uma série de intervenções na Marginal Cascavel, na drenagem do Cascavel. Nós estamos fazendo os projetos e começando a licitação. Eu devo ter já, colocando na praça até o mês de outubro, mais ou menos umas 50 obras que estão sendo licitadas. Só UPA são oito. Os projetos de três já estão prontos, já estão indo para licitação; uma já está licitada, a segunda está indo para licitação também. Nós vamos ter 30 UBSs que já começaram.



A sentença do Imas é do TCM. Se o tribunal mantiver a cautelar, nós fechamos o Imas na semana que vem. Não tem o que fazer.

E qual o prazo de construção dessas UPAs?

São 14 meses, devem ficar prontas em março, abril do ano da eleição. Mas elas vão ser feitas; elas precisam ser feitas. Se meu mandato ficar no primeiro, eu vou ter deixado um legado nisso daqui. Nós temos muitas grotas em Goiânia, muitos riachinhos e tem pontes de ligação entre bairros, pontes pequenas. Nós já levantamos setenta e tantas pontes e estamos fazendo projeto de sessenta e tantas pontes. Leste-Oeste, tem aquele monte de segmentação. Vamos passar a Leste-Oeste inteira, lá do Cerrado, encostando em Trindade, até Senador Canelo. Nós vamos fazer, já começou e vários trechos estão sendo licitados. Eu não vou ficar esperando, vou passando onde dá para passar, vou tirando, botando ponte, desapropriando, passando o trator onde é nosso e está invadido e vamos embora. Aquela ponte da Castelo Branco com a Leste-Oeste, aquele monumento está condenado e eles querem que faça a demolição dela. Eu quero salvar a obra. Eu não quero derrubar uma obra, já pensou o transtorno que é uma obra daquela? Então, nós estamos trabalhando. Mandei refazer os projetos, fui lá pessoalmente, domingo passado estava lá, medindo com a trena, porque eu vou lá e olho. Nas laterais dela está prevista uma pista de cinco metros, que seria um carro estacionado e outro passando. Cinco metros passam dois carros. Eu abri essas laterais para poder passar dois carros. Então, elas vão ter seis metros e vinte para poder passar dois carros sem o estacionamento. É que a lateral não é lugar de estacionar. Como os semáforos estão todos sincronizados na Castelo Branco, colocar mais um semáforo não faz diferença nenhuma. Em 90, 120 dias nós estamos com aquilo andando. A

Leste-Oeste, quando chega na Pecuária, está parada.

A área é da União. Tem que fazer uma desapropriação.

Não quero nem saber. Eu já falei para a União que nós vamos ocupar a área dela. A União entende que aquela área é inservível. A União dá isso para a gente. Às vezes, é um processo para ser feito, mas a gente assina um documento com a União e começa a fazer a obra e vem, posteriormente, a regularização daquilo ali. A União quer regularizar. Eu tenho que passar dentro do Negrão de Lima, naquela favela que tem lá no setor. Aquilo ali tem que negociar para fazer, mas eu consigo passar uma via.

Então, vou fazer um binário. Eu passo uma por fora e outra por dentro, e vou negociando, para retirar as casas, aquele monte de barracos lá. Vou tirando eles fora e vou desmanchando, mas eu já passei uma via. A segunda eu vou passar quando? Não sei, mas vou passar. Enquanto isso, eu estou fazendo um viaduto ali na Independência. É tudo para andar. Eu tenho aquele buraco ali na BR-153, ainda na Leste-Oeste. Ele é estreito, mas ele passa debaixo. Ele vai continuar passando. Nós vamos fazer um viaduto. Estou acertando com o Dnit como é que vai fazer, mas até eu fazer o projeto, aprovar, o Dnit deixar, passaram três anos. Então, vai passar pelo buraco. A Leste-Oeste vai andar de ponta a ponta. Aquela baixada ali do Vera Cruz, ela vem duplicada, daqui a pouco afunila, passa aquela pontinha que alarga, vira e mexe, sobe, anda um quilômetro

subindo numa pista simples, chega lá em cima, tem uma via que vai para cá, outra que mistura para cá e tal. Vou regularizar aquilo tudo, duplicar tudo e duplicar aquela ponte. Eu vou passar também. Ah, tem um cara que tem uma chacinha, que ele pulou dentro da coisa; eu derrubo a cerca dele e vamos embora, que está dentro da nossa área, o que é invasão.

A Saúde continua liderando em reclamações, mesmo o senhor tendo assumido a pasta um mês antes. O que precisa acontecer para essa melhora no atendimento ser sentida lá na ponta pelo cidadão? As oito UPAs e as UBSSs que o senhor tem construído ficam prontas daqui a dois anos. É daqui a dois anos que o cidadão vai ter essa percepção de melhora?

Não. As UBSSs ficam prontas muito antes disso. Mas o que nós pretendemos ter é uma saúde progressivamente crescente. Nós trocamos os raios X de todos os lugares, nós trocamos o mobiliário, melhorando o atendimento, colocando computador novo para o cara poder ter uma ficha dele que sirva para vários lugares. Nós colocamos serviço pediátrico e tudo mais. Você não vê mais mulher reclamando de menino no final de semana, que não tem onde levar. A grande maioria das nossas unidades, é 24 horas, sete dias por semana, serviço pediátrico. Nas 11 unidades nossas funciona assim. Isso descentralizou esse problema. Remédio, nós temos 86% dos remédios. Por que não temos 100%? Porque a gente compra e o cara não entrega. Nós começamos a multar, a negativar esse pessoal, começamos a fazer isso para o cara levar a licitação a sério.

Porque o cara está acostumado, eu não sei o que ele fazia, conseguia manipular o preço, vendia e conseguia entregar de alguma forma, pelo menos um pedaço. Isso daí hoje não tem mais. O cara tem que entregar o que ele vendeu. Tem uns fornecedores mal-acostumados, e nós metemos a polícia em cima deles, estamos multando, executando,



A gente tem uma força política e vamos utilizar essa força política que nós temos para ajudar quem nos ajuda.

fazendo uma série de coisas. Mas falta o remédio, e eu tenho que abrir outro processo. Isso vem diminuindo. Cada dia vem diminuindo a falta, porque começaram a vir empresas sérias. Nós já temos indústria que está topando fazer licitação para nós. Nenhuma indústria licita para prefeitura nenhuma, porque sabe que tem rolo, que não tem jeito, que eles perdem tempo de vir aqui, depois a gente não paga e outras coisas mais. Nós estamos tentando tirar essa imagem. Inclusive, eu fiz com a Caixa Econômica a carta de fiança bancária. Uma indústria farmacêutica ganha uma licitação e damos uma carta de fiança bancária para ele. Se não pagar no vencimento, ele recebe da Caixa Econômica, porque eu tenho um dinheiro grande na Caixa Econômica que lastreia essas cartas. É tudo uma construção novamente de um processo, essa construção leva tempo, mas a gente já consegue sentir até na Saúde, que as pessoas estão melhor atendidas. Agora, Saúde é uma insatisfação desde sempre. E quem reclama de Saúde? Por exemplo, eu tenho meu plano de saúde e vamos dizer que eu não conhecia as unidades de saúde, como muita gente que tem plano de saúde não vai nas nossas unidades de saúde. Mas a pessoa que trabalha com ela, o parente dela, qualquer coisa que vai na unidade de saúde, diz: aqui está uma porcária. Qual é a impressão que vai dar? Uma porcária. Até que essa imagem reverta não é fácil. E nessas unidades velhas que nós temos, não vai reverter nunca. Porque está mofado mesmo. A gente troca o móvel novo numa casa velha. Agora, lançamos o Pafus (Programa de Autonomia Financeira das Unidades de Saúde). Dia 10 vamos botar R\$ 10 milhões no Pafus,

mais de R\$ 100 mil para cada unidade de saúde nossa. Vai chegar lá, e eu não quero ver nenhum banheiro quebrado, não quero ver nenhuma porta quebrada, eu não quero bebedouro sem água gelada. Essas coisas básicas que dão um acolhimento. Eu não quero cadeira furada, eu não quero colchão furado, eu não quero roupa de cama estragada. Isso aí eles compram com o próprio Pafus e conseguem fazer. Eu não quero chegar na unidade e ter mato: a Comurg não vem cortar. Não é a Comurg mais; é o dinheiro da unidade. O dinheiro vai para uma conta do Conselho de Saúde. O Conselho de Saúde define, gasta e paga.

Estão dizendo que o senhor está formando a base do Mabel ao apoiar deputados estaduais que ajudaram com o decreto de calamidade, além de ter compromisso com deputados federais que destinaram recursos e a turma da Câmara que o senhor prometeu apoiar, a exemplo do seu líder, Wellington Bessa. Essa base do Mabel vai ficar de que tamanho? Já está visando o processo eleitoral de 2028?

Mas não é a base do Mabel, não. É uma gratidão do Mabel. Porque, realmente, como eu deixo de apoiar a Flávia Moraes, que já colocou mais de R\$ 40 milhões para mim aqui; o senador, Vanderlan (Cardoso), o Adriano do Baldy, o Glaustin (da Fokus), são muitos que colocaram; logicamente, temos os que colocaram muito - o (Jorge) Kajuru, por exemplo, colocou R\$ 60 milhões para nós, mas o Vanderlan colocou R\$ 40 milhões.

O Kajuru não é candidato, o Vanderlan é candidato e eu não posso virar as costas para ele. Os deputados estaduais são a mesma coisa e os vereadores são companheiros meus. Eu acho ruim sair candidato - gente, agora que nós estamos ficando amigos, vocês vão sair candidatos, vamos embora tocar mais uns anos aqui. Mas eles têm esse sonho e vamos deixar todo mundo sonhar. É uma base que não é um compromisso que eu tenho. É um compromisso que eles já fizeram por mim antes de eu fazer com eles. Está na fora de eu fazer a minha parte também. Ir com eles, andar, fazer reuniões, colocar parte do nosso pessoal para apoiar e ajudar a viabilizar essas pessoas. Deputado estadual vai ter uns 400 candidatos, 500. Estar ajudando meia dúzia não é uma grande coisa. Mas a gente tem uma força política e vamos utilizar essa força política que nós temos para ajudar quem nos ajuda.



Eleições 2026

Daniel Vilela mantém liderança e abre até 19 pontos de vantagem em nova pesquisa

Pesquisa Real Time Big Data aponta Daniel Vilela à frente em todos os cenários testados, com vantagem de até 26 pontos nas simulações de segundo turno

» Da Redação

O governador Daniel Vilela (MDB) lidera a disputa pelo Governo de Goiás em todos os cenários testados pelo instituto Real Time Big Data, segundo pesquisa divulgada nesta quinta-feira (9/7). No primeiro cenário estimulado, o emedebista registra 43% das intenções de voto, 17 pontos à frente do ex-governador Marconi Perillo (PSDB), que aparece com 26%. Wilder Morais (PL) soma 16%, seguido por Luís César Bueno (PT), com 5%, e Telêmaco Brandão (Novo), com 2%. Brancos e nulos representam 4%, mesmo percentual dos entrevistados

que não souberam ou preferiram não responder.

No segundo cenário, Daniel Vilela mantém os 43% das intenções de voto e amplia a vantagem para 19 pontos sobre Marconi Perillo, que registra 24%. Wilder Morais permanece com 16%, Luís César Bueno aparece com 4%, Cíntia Dias (PSOL) marca 3% e Telêmaco Brandão (Novo) soma 2%.

Na pesquisa espontânea, em que os nomes dos pré-candidatos não são apresentados aos entrevistados, Daniel Vilela também lidera. O governador registra 17% das citações, nove pontos à frente de Marconi Perillo, que aparece com 8%. Wilder Morais soma 4%, en-

quanto Ronaldo Caiado (PSD) e Adriana Accorsi (PT) registram 1% cada. A maioria dos entrevistados (59%) afirmou não saber ou preferiu não responder.

Os cenários de segundo turno também mostram ampla vantagem para Daniel Vilela. Em

um eventual confronto contra Marconi Perillo, o governador alcança 55% das intenções de voto, contra 29% do tucano, uma diferença de 26 pontos. Já diante de Wilder Morais, Daniel registra 54%, enquanto o senador aparece com 28%, mantendo também 26 pontos de vantagem. Na única simulação sem a participação do governador, Wilder Morais supera Marconi Perillo por 38% a 36%, dentro da margem de erro da pesquisa.

O levantamento foi realizado pelo instituto Real Time Big Data entre os dias 7 e 8 de julho, com 1.600 eleitores em Goiás. A pesquisa possui 95% de nível de confiança e margem de erro de dois pontos percentuais, para mais ou para menos, e está registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número GO-03751/2026.



Fotos: Divulgação

Daniel Vilela registra 43% das intenções de voto, 17 pontos à frente do ex-governador Marconi Perillo (PSDB)

Saúde

"Teremos o melhor hospital público do Brasil", afirma Daniel Vilela ao anunciar novo Hugo

O governador Daniel Vilela (MDB) assinou, nesta quarta-feira (8/7), o protocolo de intenções para aquisição de uma estrutura onde será implantado o novo Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (Hugo). O ato representa uma expansão histórica na urgência, emergência e atendimentos de alta complexidade via Sistema Único de Saúde (SUS). Com a mudança de endereço, o Governo de Goiás espera ampliar o atendimento à população, saindo dos atuais 342 leitos para mais de 500. Além disso, o centro cirúrgico vai dobrar de tamanho, saindo de 10 para 20 salas. Haverá ainda um salto no número de UTIs, de 52 para 90. "Teremos o melhor hospital público do Brasil", afirmou Daniel.

Orçado em R\$ 500 milhões, o empreendimento pertence à Goiânia Medical Center. A aquisição pelo Governo de Goiás será realizada via contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, com base no artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021. Segundo o Estado, a modalidade foi adotada



Foto: Divulgação

Governador Daniel Vilela assina protocolo de intenções para aquisição de prédio que abrigará o novo Hospital de Urgências de Goiânia

porque o imóvel possui perfil singular: foi projetado especificamente para funcionar como hospital, e não há disponível outro empreendimento com as mesmas características para atender ao interesse público.

"O orçamento da Saúde é sempre desafiante, mas a gente acredita que podemos otimizá-lo, reduzir despesas e viabilizar a aquisição", observou Daniel Vilela. Outro desafio importante era a necessidade de manter o atendimento à população. "Nós estávamos diante de um desafio muito grande, ao longo desses últimos anos, de tentar reformar o Hugo, mas, ao mesmo tempo, manter o atendimento. As condições es-

truturais nos impedem de ter um avanço mais significativo nesse aspecto no prédio atual. Surgiu essa oportunidade, que vislumbrei como uma oportunidade muito interessante para o Estado e para a saúde pública do Governo de Goiás", pontuou o governador. "Os goianos merecem", acrescentou.

Fundado em 1991, o Hugo é referência em urgência, emergência, trauma, neurologia, neurocirurgia e cirurgias de alta complexidade. A meta com a mudança de endereço é reduzir gargalos assistenciais e preparar o SUS para as próximas décadas, consolidando um dos maiores complexos hospitalares públicos de alta complexidade da região

Centro-Oeste do país. "Realmente, é um anúncio histórico para o Estado. O governador é sensível à questão da Saúde e, como apareceu essa oportunidade de aquisição desta edificação, tomou-se essa decisão. Assim, o Hugo poderá continuar fazendo, com louvor, o que ele já faz", afirmou o secretário de Estado da Saúde, Rasível dos Santos.

Localização estratégica

A nova estrutura fica no Conjunto Fabiana, a cerca de seis quilômetros de distância do atual. Possui 53.147 m² de área construída, em um terreno de 37.813 m², e traz infraestrutura de alta complexidade. Também possui 14 mil m² de estacionamento coberto, com 607 vagas. A incorporação do local pelo Estado permitirá ampliar leitos críticos, reduzir filas de cirurgias e fortalecer a Rede Estadual de Urgência e Emergência. "No que depender do município, vai ser tudo rápido, licenciamento. Tudo que tiver para acelerar, nós vamos acelerar. Isso é prioridade para o governador e para nós também", assegurou o prefeito de Goiânia, Sandro Mabel (União Brasil).

A estrutura está em fase final de construção pela iniciativa privada e foi projetada para receber um hospital on-

cológico. No entanto, o grupo responsável pelo empreendimento desistiu da implantação da unidade. Diante desse cenário, o Governo de Goiás passou a avaliar a aquisição do imóvel por entender que ele reúne as características necessárias para abrigar um hospital de média e alta complexidade.

Gestão

A compra será feita com recursos do Tesouro Estadual. A gestão do novo Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo) permanecerá sob responsabilidade da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein, que já administra a unidade de saúde. A transferência das atividades para o novo prédio, entretanto, só ocorrerá após a conclusão integral da obra pelo proprietário, incluindo algumas adaptações exigidas pela Secretaria de Estado da Saúde e a obtenção de todas as licenças, alvarás e demais autorizações.

Só em 2025, o Hugo registrou mais de 118 mil atendimentos e 11.374 cirurgias, operando atualmente com 342 leitos ativos (incluindo 52 leitos de UTI adulto), centro cirúrgico com 10 salas e um quadro de 1.724 colaboradores. A mudança para a nova estrutura traz previsão de números ainda mais robustos.

Eleições 2026

Legislativos entram em ritmo eleitoral, cadeiras vazias e pautas em espera

Calendário das eleições muda a dinâmica de câmaras municipais, assembleias legislativas e, principalmente, do Congresso Nacional durante os próximos meses

» Carlos Nathan Sampaio

O segundo semestre de 2026 já começou sob a expectativa dos legislativos pelo Brasil divididos entre duas prioridades: concluir pautas, projetos e votações importantes para a população e dar espaço ao calendário das eleições gerais, que tende a esvaziar as cadeiras à medida que vereadores, deputados e senadores migram para seus redutos eleitorais. Com o recesso parlamentar de julho, o início oficial da campanha em agosto e a votação marcada para outubro, a janela para aprovação de propostas relevantes se torna cada vez mais estreita, deixando temas de impacto econômico, fiscal e trabalhista na dependência de acordos políticos e de um cronograma legislativo pressionado pelo calendário eleitoral.

As eleições deste ano definirão presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais. O primeiro turno está marcado para 4 de outubro, com eventual segundo turno em 25 de outubro. Antes disso, as convenções partidárias ocorrerão entre

20 de julho e 5 de agosto, enquanto o prazo para registro das candidaturas termina em 15 de agosto. A campanha eleitoral começa oficialmente em 16 de agosto, incluindo atos de rua e propaganda na internet. Já a propaganda gratuita no rádio e na televisão terá início em 28 de agosto.



De um lado, Congresso vazio e, de outro, Urna Eletrônica

Esse calendário altera significativamente a rotina do Legislativo. Com deputados e senadores envolvidos diretamente nas campanhas, a expectativa é de redução da atividade parlamentar ao longo do semestre, concentrando votações relevantes antes do recesso de julho e logo após o retorno dos trabalhos em agosto.

Entre os principais temas que seguem pendentes está o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027, peça fundamental para orientar a elaboração do Orçamento da União. Encaminhada pelo governo federal em abril, a proposta prevê salário mínimo de pelo menos R\$ 1.717 no próximo ano e estabelece as prioridades da administração federal. Apesar da possibilidade técnica de votação antes do recesso, especialistas do Senado consideram mais provável que a análise ocorra apenas em agosto, em razão do calendário político e do atraso na instalação da Comissão Mista de Orçamento.

Além da LDO, diversos projetos que tratam da abertura de créditos suplementares ainda aguardam deliberação. As propostas destinam recursos para áreas como segurança pública, ciência e tecnologia, infraestrutura, organismos internacionais, desenvolvimento regional e preparação da Copa do Mundo Feminina de 2027, além de prever dotações para concur-

sos públicos, nomeações e reestruturações de carreiras no serviço público federal.

Outro tema que permanece em destaque é a Proposta de Emenda à Constituição que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas e extingue a escala 6x1. A matéria, aprovada pela Câmara dos Deputados, aguarda definição de calendário no Senado e dificilmente deverá ser votada antes do recesso parlamentar. Com isso, caso seja aprovada, a mudança tende a produzir efeitos apenas após as eleições, embora continue sendo um tema de forte apelo político durante a campanha.

Também devem ficar para o segundo semestre outras propostas relevantes, como a PEC da autonomia financeira do Banco Central, a aposentadoria especial para agentes comunitários de saúde e de combate às endemias, o projeto que amplia o limite de faturamento do Microempreendedor Individual (MEI) e a proposta que tipifica o crime de misoginia.

Apesar da redução natural do ritmo dos trabalhos durante o período eleitoral, parlamentares defendem que a agenda legislativa não seja completamente interrompida. A expectativa é de que matérias consideradas prioritárias avancem por meio de acordos entre lideranças, principalmente aquelas relacionadas ao orçamento e ao funcionamento da administração pública.

Novas regras moldam as eleições

O pleito de 2026 também será o primeiro realizado sob um conjunto de atualizações aprovadas pela Justiça Eleitoral e pelo Congresso Nacional. Embora a estrutura básica das eleições permaneça inalterada, algumas mudanças devem influenciar diretamente a estratégia de partidos e candidatos.

Uma das principais novidades envolve a distri-

buição das chamadas sobras eleitorais, mecanismo utilizado para preencher vagas remanescentes nas eleições proporcionais. Pelas novas regras, partidos ou federações e seus candidatos deverão atingir desempenho mínimo para disputar essas cadeiras, reduzindo a possibilidade de eleição de candidatos com votação individual muito baixa

apenas em razão do desempenho coletivo da legenda.

Outro ponto importante é o fortalecimento das federações partidárias, que permanecem obrigadas a atuar de forma conjunta durante todo o mandato, diferentemente das antigas coligações proporcionais.

Na área da propaganda eleitoral, o Tribunal Supe-

rior Eleitoral também ampliou as regras para o ambiente digital. As normas estabelecem critérios mais rígidos para o uso de inteligência artificial em campanhas, exigem identificação de conteúdos sintéticos produzidos por IA e reforçam mecanismos de combate à desinformação e à divulgação de materiais considerados irregulares pela Justiça Eleitoral.

As resoluções aprovadas pelo TSE ainda consolidam regras sobre financiamento de campanhas, pesquisas eleitorais, prestação de contas, acessibilidade para eleitores com deficiência, fiscalização das urnas eletrônicas e procedimentos de registro de candidaturas, oferecendo maior padronização para todo o processo eleitoral.

Goiânia mantém calendário legislativo

Na Câmara Municipal de Goiânia, o calendário institucional segue o que determina o Regimento Interno. O recesso parlamentar ocorre após a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias do município e tem duração de 15 dias.

Tradicionalmente, as sessões ordinárias do primeiro semestre são encerradas em 15 de julho, com retorno previsto para o primeiro dia útil regimental de agosto — neste ano,

em 4 de agosto. A data oficial de retomada é anunciada pelo presidente da Mesa Diretora durante a última sessão antes do recesso.

Mesmo com o período eleitoral, a expectativa da Câmara é de manutenção do calendário legislativo. Historicamente, a Casa não registra dificuldades significativas para formação de quórum durante campanhas eleitorais, embora a intensidade das atividades

possa variar conforme a participação dos vereadores nas disputas políticas.

Alego e os deputados

Na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), os deputados aprovaram a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027, que prevê disponibilidade de caixa de R\$ 11,73 bilhões e estabelece como prioridades investimentos em educação, saúde, segurança

pública, proteção social, infraestrutura e eficiência da gestão pública. A matéria, que orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), também aponta a manutenção da saúde financeira do Estado, apesar dos desafios fiscais projetados para os próximos anos, além de incorporar três emendas parlamentares relacionadas à primeira infância e despesas com pessoal. Com a conclusão das votações, a Casa inicia o

recesso parlamentar nesta segunda-feira (13), com retorno das sessões ordinárias previsto para a segunda-feira, 3 de agosto, primeiro dia útil do mês.

Assim, com o avanço do calendário eleitoral, é possível esperar um segundo semestre de intensa movimentação política com menor produtividade legislativa, mas com uma promessa distante de que pautas e projetos importantes continuem avançando.

Terras raras

Audiência em Minaçu

expõe cobrança por mais desenvolvimento e empregos locais

Moradores pedem mais oportunidades de emprego para a população da cidade enquanto especialistas destacam potencial estratégico de Goiás no mercado global de minerais críticos

» Carlos Nathan Sampaio

A Câmara Municipal de Minaçu, no norte de Goiás, recebeu uma audiência pública para discutir o potencial das terras raras no município e os impactos econômicos, sociais e ambientais da exploração desses minerais considerados estratégicos para a economia mundial. A iniciativa foi promovida pelo vice-presidente da Comissão de Minas e Energia da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado estadual Lincoln Tejota (União Brasil), reunindo representantes do poder público, entidades de classe, especialistas, empresários e moradores da cidade.

O principal objetivo do encontro foi ouvir a população para subsidiar a elaboração de propostas legislativas voltadas ao setor mineral. Durante a abertura, Lincoln Tejota destacou que Minaçu ocupa uma posição privilegiada no cenário nacional por abrigar uma das maiores reservas de terras raras do país, colocando Goiás no centro de uma discussão de alcance internacional.

Segundo o parlamentar, o desafio não é apenas explorar os recursos minerais,

mas garantir que essa riqueza seja convertida em desenvolvimento permanente para a população. “Existe um desejo legítimo de que essas riquezas naturais se traduzam em prosperidade local, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. O grande desafio é garantir que cidades mineadoras não dependam exclusivamente dessa atividade econômica”, afirmou.

O deputado ressaltou ainda que a audiência integra os trabalhos da Frente Parlamentar das Terras Raras da Assembleia Legislativa e servirá como base para futuros projetos de lei. “Nosso intuito é compreender as demandas, os temores e os anseios da população para construir propostas que garantam equilíbrio entre a exploração econômica e o desenvolvimento sustentável”, disse.

Representando o Governo de Goiás, o superintendente de Políticas para Cidades da Secretaria-Geral de Governo, Yuri Silva Bariani, reforçou que o Estado acompanha de perto o avanço desse mercado e defendeu o diálogo entre sociedade, poder público e iniciativa privada para transformar o potencial mineral em oportunidades de emprego, inovação e crescimento econômico.

Ao longo da audiência, porém, um tema predominou nas manifestações da comunidade. Moradores, empresários e lideranças locais demonstraram insatisfação com a atuação da empresa responsável pela exploração mineral na região. Entre as principais reivindicações esteve a ampliação da contratação de trabalhadores de Minaçu. Segundo os participantes, boa parte da mão de obra atualmente empregada na atividade vem de outros municípios e até de outros estados, o que, na avaliação da população, reduz os benefícios diretos da mineração para a economia local.

Também participaram da audiência o segundo vice-presidente da Câmara Municipal de Minaçu, vereador Bruno de Queiroz Barros; o superintendente regional da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em Goiás, Raimundo Jorge Santos Seixas; representantes da Federação da Agricultura do Estado de Goiás (Faeg), da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, do Corpo de Bombeiros Militar, além de empresários, ex-prefeitos, vereadores e profissionais da imprensa.

Durante o debate, representantes do poder público destacaram a necessidade de

que o crescimento da mineração seja acompanhado por planejamento urbano, preservação ambiental e investimentos em infraestrutura. O secretário municipal de Meio Ambiente, Girson Batista Camilo, defendeu que a exploração ocorra de forma responsável, conciliando desenvolvimento econômico e proteção dos recursos naturais. Já o comandante do 8º Comando Regional Bombeiro Militar, major Álvaro, ressaltou a importância da segurança operacional e da prevenção diante da expansão das atividades econômicas.

O debate ocorre em um momento em que o Brasil busca ampliar sua participação no mercado global de terras raras. Segundo dados do Serviço Geológico do Brasil (SGB) e do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), o país possui aproximadamente 21 milhões de toneladas desses minerais, o equivalente a cerca de 23% das reservas conhecidas no mundo. Apesar desse potencial, a produção brasileira ainda é reduzida: em 2024 foram extraídas apenas 20 toneladas, menos de 1% da produção mundial.

Esses elementos são considerados essenciais para a transição energética e para indústrias de alta tecnologia. Estão presentes na fabricação

de veículos elétricos, turbinas eólicas, baterias, equipamentos médicos, satélites, fibras ópticas, componentes eletrônicos e sistemas de defesa. Atualmente, a China domina grande parte da cadeia global de produção e refino desses minerais, o que aumenta o interesse internacional por novos fornecedores.

Em Goiás, Minaçu abriga a mina Serra Verde, reconhecida como a primeira operação fora da Ásia a explorar depósitos de argila iônica, tecnologia considerada uma das mais eficientes para a obtenção de terras raras pesadas. Especialistas apontam que o grande desafio brasileiro será agregar valor à produção, estimulando o processamento industrial e a fabricação de produtos de maior tecnologia no próprio país, em vez de limitar a atividade à exportação de matéria-prima.

Ao final da audiência, ficou definido que as contribuições apresentadas pela população serão analisadas pela Frente Parlamentar das Terras Raras e poderão subsidiar novos projetos voltados à exploração sustentável desses minerais, com foco na geração de empregos, fortalecimento da economia regional e melhoria da qualidade de vida dos moradores de Minaçu.



Foto: Divulgação/ Site Serra Verde

Mineração Serra Verde, em Minaçu, única de terras raras no Brasil atualmente

Riqueza

Foto: Codego



Rio Verde passa Anápolis e é 2º maior PIB de Goiás

Goiânia lidera o ranking e Aparecida de Goiânia ocupa terceira posição; tendência é de manter crescimento, aponta IMB

» Carla Borges

Impulsionado pelo avanço da agropecuária, o município de Rio Verde ultrapassou Anápolis e Aparecida de Goiânia e tem hoje o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Goiás. Goiânia lidera o ranking de riqueza do estado e é o 15º maior PIB do país. Os dados são referentes a 2023 e constam dos estudos mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Mauro Borges (IMB). A tendência é de que o crescimento se mantenha, aponta o superintendente de Estudos e Projeções Macroeconômicas do IMB, Sávio Oliveira, que destaca o desempenho da cidade do Sudoeste de Goiás.

“Rio Verde passou muitos anos sendo a quarta ou quinta maior economia do estado. Em 2022, subiu para segunda e manteve em 2023. É um desempenho bastante impressionante, nada trivial”, analisa. Para ele, o ranking dos municípios não mudou porque Anápolis ficou mais fraca, mas porque alguns municípios cresceram mais rápido. “Goiás vive uma transformação em que cadeias produtivas do agronegócio, cada vez mais industrializadas, passaram a gerar riqueza em outras regiões, reduzindo a concentração econômica que historicamente existia na capital e em poucos municípios”, pontua.

Em 2023, o PIB de Goiás cresceu 4,8% em volume, alcançando o valor de R\$ 336,7 bilhões, mantendo o estado na nona posição nacio-

nal, com 3,1% de participação no PIB brasileiro. Os serviços ampliaram sua participação para 61,1% do Valor Adicionado, enquanto a agropecuária recuou para 16,8%, refletindo queda de preços apesar do forte crescimento da produção. Já a indústria atingiu 22,1% de participação.

O estudo do IMB revela ainda que os 10 maiores municípios concentraram 54,6% do PIB estadual, percentual inferior ao observado em 2010 (60,5%), o que, para os analistas, sinaliza um processo contínuo de desconcentração territorial da produção. Em relação ao PIB nacional, Goiânia continua sendo o 15º maior do país, enquanto Rio Verde ocupa a 70ª colocação, seguido por Aparecida de Goiânia (75ª) e Anápolis (79ª). O PIB per capita estadual atingiu R\$ 47,7 mil, com 94 municípios apresentando resultado acima da média. Além disso, Goiás conta com quatro municípios entre os 100 maiores

PIBs do país e cinco entre os 100 maiores PIBs per capita.

Cadeia integrada

Sávio Oliveira observa que Rio Verde passou a concentrar uma cadeia do agronegócio extremamente integrada. “Não é apenas produção agrícola. Tem agroindústria, logística e serviços especializados ligados ao agro. Nos últimos anos, esse conjunto cresceu em um ritmo superior ao observado em outros grandes centros do estado, permitindo que Rio Verde se consolidasse como o segundo maior PIB de Goiás”, justifica, acrescentando que o município está em uma trajetória favorável, devido ao fato de possuir um setor agropecuário altamente competitivo.

“Esses fatores ajudam a explicar sua ascensão ao segundo maior PIB do estado e podem continuar impulsionando o município”, avalia o superintendente do IMB. “No entanto, essa tendência

dependerá também de fatores como os preços das commodities e clima. Portanto, oscilações de curto prazo são normais para o setor. No longo prazo, a tendência é continuação do crescimento”.

Em relação ao Estado de Goiás, a tendência apontada pelos técnicos do IMB é a mesma. Sávio Oliveira ressalta que, nos últimos anos, o Estado fez o dever de casa e isso resultou em uma combinação de fatores positivos, como o forte desempenho do agronegócio e serviços relacionados, investimentos industriais e crescimento populacional acima da média brasileira. “Esses fatores permanecem presentes, o que sugere que o estado pode continuar crescendo acima da média do país”.

Indústria forte

A participação da agropecuária na composição do PIB de Goiás teve um crescimento significativo no período de 2010 a 2023, saindo de 11,1% para 16,8% do PIB.

No mesmo período, o setor de serviços aumentou sua participação de 60,5% para 61,1%. Já a indústria teve queda no mesmo período, de 28,3% para 22,1%. Apesar desse decréscimo, o superintendente do IMB esclarece que isso não significa que o setor teve um desempenho ruim nos últimos tempos.

“A indústria não encolheu em termos absolutos; pelo contrário, ela continuou crescendo ao longo do período. O que ocorreu foi uma perda de participação relativa, porque a agropecuária cresceu em ritmo ainda mais acelerado, ampliando seu peso na economia goiana”, explica Sávio Oliveira. Por esse motivo, não há contradição em observar que muitos dos maiores PIBs municipais continuam concentrados em polos industriais, ao mesmo tempo em que municípios com forte base agropecuária ganharam relevância. “Rio Verde é o melhor exemplo disso”, diz.

Os estudos revelam ainda que os municípios de grande porte continuam concentrando a maior parte da atividade econômica, o que é esperado, pois reúnem população, infraestrutura, serviços e mercados consumidores. “No entanto, quando analisamos a concentração entre os maiores polos econômicos, observamos uma tendência de desconcentração: a participação dos dez maiores PIBs municipais caiu de 60,5% em 2010 para 54,6% em 2023. Isso indica que o crescimento vem sendo compartilhado por um número maior de municípios”, demonstra o superintendente.

Dez maiores municípios em relação ao PIB e à concentração populacional

MUNICÍPIO	VALOR (R\$ MIL)	% PIB	% POPULAÇÃO
GOIÂNIA	75.780.846	22,5	20,4
RIO VERDE	22.310.032	6,6	3,2
APARECIDA DE GOIÂNIA	20.888.937	6,2	7,5
ANÁPOLIS	20.432.109	6,1	5,7
CATALÃO	10.345.993	3,1	1,6
JATAÍ	10.026.117	3,0	1,5
ITUMBIARA	6.555.376	1,9	1,5
LUZIÂNIA	6.264.671	1,9	3,0
CRISTALINA	5.707.718	1,7	0,9
SENADOR CANEDO	5.495.055	1,6	2,2

Fonte: IMB

Campinas

O bairro que nunca deixou de ser cidade e

segue vivo na memória de Goiânia

Pesquisadora explica como o antigo município deu origem à nova capital, preservou uma identidade própria e mantém, até hoje, laços afetivos que resistem ao tempo e às transformações urbanas

» Arthur Oliveira*

Poucos lugares em Goiânia carregam uma identidade tão marcante quanto Campinas. Fundado em 1810, mais de um século antes do lançamento da pedra fundamental da nova capital, o antigo município foi decisivo para a construção de Goiânia e, 216 anos depois, continua sendo reconhecido por seus moradores como uma cidade dentro da cidade. Entre lembranças, tradições, religiosidade, comércio e relações comunitárias, Campinas preserva uma memória coletiva que atravessa gerações e ajuda a explicar a própria formação da capital goiana.

É essa a principal conclusão da arquiteta e pesquisadora Cristina Costa, que dedicou sua dissertação de mestrado ao estudo da identidade campineira. Para ela, compreender Campinas é entender que sua história não começou com Goiânia. “Campinas surgiu por volta de 1810 como um arraial. Depois tornou-se vila e, posteriormente, município. Ela tinha seu próprio poder administrativo, econômico e religioso. Era uma cidade estruturada antes mesmo da criação de Goiânia”, explica.

Segundo Cristina, essa trajetória diferencia Campinas de outros bairros da capital. Enquanto Goiânia nasceu planejada, inspirada pelos ide-

ais modernistas da década de 1930, Campinas cresceu de forma espontânea, característica comum às antigas cidades do interior goiano. “O núcleo original se desenvolveu em torno da Igreja Matriz. Como aconteceu em diversas cidades de Goiás, a igreja organizava a vida urbana, administrativa e social.

Ponto de Partida

Quando o governo de Goiás decidiu transferir a capital para a região de Campinas, em 1933, o antigo município já oferecia condições consideradas estratégicas para receber o empreendimento. A localização geográfica, relevo favorável, disponibilidade de água, infraestrutura existente e a po-

pulação já instalada fizeram de Campinas a principal base de apoio para a construção de Goiânia.

“Cidades não surgem do nada e Campinas ofereceu mão de obra, abastecimento comercial, serviços e até serviu como sede provisória do governo. Ela tinha uma supremacia espacial naquele momento, porque já existia enquanto Goiânia ainda estava sendo construída”, afirma.

Com o crescimento acelerado da nova capital, entretanto, essa relação começou a mudar. À medida que o centro administrativo foi

transferido para a Praça Cívica e novos bairros surgiram ao redor da cidade planejada, Campinas deixou de ocupar a posição de comando político e econômico que possuía. “O poder vai sendo deslocado lentamente, Goiânia cresce, surgem novos loteamentos e Campinas passa a ser envolvida pela expansão urbana. Logo, ela perde espaço como centro de poder, mas não perde sua identidade.”



Campinas como cidade

Embora tenha sido incorporada a Goiânia, Campinas continua sendo tratada como uma cidade por muitos de seus moradores, especialmente entre as gerações mais antigas.

Durante sua pesquisa, Cristina observou um comportamento recorrente entre os entrevistados. “Todos falavam de Campinas como uma cidade, diziam ‘vou em Campinas’, ‘vou ao banco em Campinas’. Quando precisavam ir ao Centro, falavam que estavam indo para Goiânia. Eram lugares diferentes na memória dessas pessoas.”

Para Cristina, o sentimento de identidade e pertencimento ultrapassa os limites geográficos e um dos fatores são os espaços, pois são eles responsáveis por preservar o antigo município. Entre eles estão a Igreja Matriz de Campinas, o Colégio Santa Clara, o Colégio Gustav Ritter, o Mercado de Campinas, o estádio Antônio Accioly, do clube de futebol Atlético Goianiense, o Parque Campininha das Flores, e a Casa Amarela, residência mais antiga de Goiânia.



Antigo Coreto na Praça Joaquim Lúcio, Goiânia. Sílvio Berto. 1940

Resistência

Ao longo de mais de dois séculos, Campinas viu boa parte de seus antigos cinemas fechar as portas, casas mudarem de função e o crescimento urbano transformar profundamente sua paisagem. Apesar disso, Cristina

acredita que o bairro conseguiu preservar sua essência.

“Campinas tentou acompanhar as mudanças. Algumas edificações incorporaram elementos do Art Déco, buscando dialogar com a arquitetura da nova capital. Ela se adaptou sem abandonar com-

pletamente sua história,” disse.

Para a pesquisadora, essa capacidade de transformação explica por que Campinas continua viva. “Ela não ficou parada no tempo. Continua sendo um espaço onde novas histórias estão sendo construídas, e existe vida acontecendo ali todos os dias.”

Aniversário

Campinas é um lugar que existe e resiste ao tempo. Cada edifício, rua e construção guardam histórias de pessoas que viveram ali. A cidade nos constrói e nós também construímos a cidade. Preservar essa memória é garantir que as próximas gerações compreendam a própria formação de Goiânia.

“Se Campinas pudesse falar para Goiânia, talvez dissesse: ‘Você ainda é muito jovem. Não perca sua memória.’ Porque é essa memória que vai contar, daqui a 200 anos, quem nós fomos e como chegamos até aqui.”, concluiu.

Assim como Campinas que preserva e transmite sua história ao longo de mais de dois séculos, a Tribuna do

Planalto, que celebra 40 anos nesta semana, tem acompanhado e registrado a transformação de Goiânia. Ambas são testemunhas do tempo e guardiãs de uma memória que segue sendo construída diariamente por seus campineiros.



A identidade campineira é construída pela experiência cotidiana. Ela é repassada entre gerações.

Cristina Costa
Arquiteta e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

*Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia.

ESCOLA

Há 40 anos, um jornal escolheu transformar a educação em sua maior notícia

Caderno Escola foi o ponto de partida para os concursos Goiânia na Ponta do Lápis e Goiás na Ponta do Lápis, iniciativas que transformaram escolas, revelaram talentos e marcaram gerações

» Dhayane Marques

Há veículos de comunicação que apenas registram os acontecimentos. Outros conseguem interferir no curso da própria história. Ao completar 40 anos, celebrados em 7 de julho, a Tribuna do Planalto reúne as duas características. Desde 1986, acompanhou as transformações políticas, econômicas e sociais de Goiás, mas foi além da missão de informar ao assumir um compromisso permanente com a educação.

Durante quase duas décadas, o jornal aproximou escolas, professores, estudantes e gestores públicos em torno de um projeto que ultrapassou as páginas impressas e se consolidou como uma das maiores iniciativas de incentivo à leitura, à escrita e à formação cidadã já promovidas pela imprensa goiana. Essa trajetória começou de maneira discreta. Antes dos concursos que mobilizaram milhares de estudantes em todo o Estado, houve uma decisão editorial: abrir espaço para que a educação deixasse de ocupar apenas as manchetes ocasionais e passasse a integrar o cotidiano do jornal.



"O Goiás na Ponta do Lápis representa a maior conquista da minha trajetória no jornalismo." Sebastião Barbosa da Silva

Da redação para as salas de aula

No fim da década de 1990, a direção da Tribuna do Planalto identificou a necessidade de dedicar um espaço permanente à educação. Dessa decisão nasceu o Caderno Escola, suplemento semanal de 16 páginas que rapidamente se tornou referência para professores e estudantes.

Mais do que ampliar a cobertura jornalística, a publicação aproximou o jornal das escolas e criou um ambiente propício para o surgimento de um projeto que marcaria a história da educação em Goiás.

Durante o planejamento da cobertura do aniversário de Goiânia, a equipe buscava uma forma diferente de contar a história da capital. Em vez de apenas registrar os fatos, decidiu convidar os estudantes a refletirem sobre a cidade em que viviam.

O fundador e diretor-presidente da Tribuna do Planalto, Sebastião Barbosa da Silva, apresentou à Secretaria Municipal de Educação a proposta de um concurso de redação voltado aos alunos da rede pública. Assim

nasceu o Goiânia na Ponta do Lápis.

"O projeto foi muito bem recebido tanto pela redação quanto pela Secretaria de Educação. Isso permitiu que déssemos continuidade à iniciativa durante muitos anos", recorda Sebastião.

Criado para celebrar o aniversário da capital, o concurso rapidamente passou a integrar o calendário das escolas. Professores incorporaram a proposta ao planejamento pedagógico e milhares de estudantes des-

cobriram na escrita uma oportunidade para desenvolver pensamento crítico, criatividade e cidadania.

Ao longo de 19 edições, o Goiânia na Ponta do Lápis consolidou-se como uma das mais relevantes iniciativas educacionais promovidas por um veículo de comunicação em Goiás. O sucesso da experiência logo despertou o interesse da Secretaria de Estado da Educação.

A então secretária Eliana França propôs ampliar o projeto para todos os mu-

nicipios goianos. O desafio exigia uma estrutura muito maior, mas também representava a oportunidade de levar a iniciativa a todo o Estado.

Sebastião aceitou a proposta e convidou o sociólogo e jornalista Paulo Faria para desenvolver um novo modelo de concurso. Nascia o Goiás na Ponta do Lápis, projeto que transformaria a Tribuna do Planalto em protagonista de uma das maiores ações de incentivo à leitura e à escrita já promovidas pela imprensa brasileira.

Uma ideia que ganhou o Estado

A expansão do concurso marcou um novo capítulo na história do jornal. O Goiás na Ponta do Lápis passou a mobilizar escolas dos 246 municípios goianos e as então 40 subsecretarias regionais de educação, reunindo professores, gestores, universidades e milhares de estudantes em torno de um mesmo objetivo: estimular a leitura, a pesquisa e a produção textual.

Por trás dessa estrutura havia meses de planejamento. Antes da abertura das inscrições, jornalistas, educadores e representantes da Secretaria de Estado da Educação definiam o tema que orientaria cada edição, sempre com o propósito de apro-

ximar o concurso da realidade vivida pelos estudantes.

À frente dessa articulação estava Enoel Júnior, responsável por coordenar o projeto e fazer a ligação entre a Tribuna do Planalto, a Secretaria de Estado da Educação e as regionais de ensino.

"Concluíamos uma edição e já começávamos a pensar na seguinte. Passávamos cerca de dois meses discutindo o tema que seria proposto naquele ano. A ideia era encontrar um assunto que provocasse reflexão e dialogasse com a realidade dos estudantes", relembra.

Depois da definição do tema, eram produzidos regulamentos, cartazes, folders

e todo o material de divulgação. Cabia a Enoel percorrer o Estado para apresentar pessoalmente cada edição às equipes pedagógicas.

"Meu papel era explicar o regulamento, o cronograma e orientar como cada regional conduziria o concurso. Depois, esse trabalho era replicado para todas as escolas."

Em um período anterior à popularização da internet nas instituições de ensino, as visitas presenciais eram fundamentais para garantir que todas as etapas fossem executadas de forma padronizada. Com o passar dos anos, a mobilização tornou-se espontânea.

"O projeto se consolidou. As próprias escolas

procuravam a Tribuna do Planalto para saber quando seria lançado o cronograma da edição seguinte. A última edição

foi realizada em 2017, encerrando um ciclo que marcou a educação em Goiás", recorda Enoel.



Era uma tarefa árdua escolher cerca de quarenta ou cinquenta redações entre quase um milhão de textos

Sebastião Barbosa da Silva
Fundador e diretor-presidente da Tribuna do Planalto

Enquanto milhares de estudantes produziam seus textos, outra equipe assumia a etapa seguinte. As redações eram avaliadas por universidades parceiras, que

analisavam criatividade, argumentação, domínio da língua portuguesa e adequação ao tema.

Mais do que premiar os melhores trabalhos, o pro-

jeto revelou talentos, incentivou o hábito da leitura e aproximou famílias da vida escolar. Em diversos municípios, as cerimônias de premiação tornaram-se um dos momentos

mais aguardados do calendário educacional.

Ao recordar essa trajetória, Sebastião não esconde o orgulho. “O Goiás na Ponta do Lápis representa a

maior conquista da minha trajetória no jornalismo. Foi o projeto pelo qual mais me apaixonei e o maior patrimônio que construí ao longo desses 40 anos.”

O jornal que também ensinava

Se os concursos deram visibilidade ao trabalho da Tribuna do Planalto nas escolas, o Caderno Escola foi o elo permanente entre o jornal e a comunidade escolar. Coordenado pelo sociólogo e jornalista Paulo Faria, o suplemento reunia reportagens, entrevistas, artigos e conteúdos

pedagógicos produzidos para apoiar o trabalho de professores e enriquecer o aprendizado dos estudantes.

O material ia além da divulgação dos concursos. Levava informação qualificada para dentro das salas de aula, estimulava debates sobre temas contemporâneos e aproximava a im-

prensa das políticas públicas voltadas à educação. Em uma época em que poucos veículos mantinham um espaço editorial permanente para o setor, o Caderno Escola consolidou-se como referência e chegou a ser reconhecido como o maior suplemento de educação publicado por um jornal semanal no Brasil.

Segundo Sebastião Barbosa da Silva, o sucesso do projeto foi resultado da construção coletiva entre jornalistas, educadores, universidades e gestores públicos.

“Sentamos para desenvolver o projeto e criamos um modelo voltado para todo o Estado. O Caderno Escola foi fundamental para fomentar os concursos e

fortalecer essa relação com a educação”, afirma.

A jornalista Maria José Rodrigues, a Zezé, que editou a cobertura de Educação da Tribuna do Planalto, acompanhou de perto essa trajetória. Para ela, o suplemento tornou-se uma ferramenta pedagógica e contribuiu para aproximar o jornal das escolas.

“O concurso era uma das principais ações pedagógicas do Caderno Escola, publicação semanal distribuída às instituições públicas e privadas de ensino. Foi uma experiência extremamente enriquecedora participar da organização dessa iniciativa, que acabou incorporada ao calendário escolar das unidades de ensino.”

Ao final de cada edição, uma publicação especial

reunia as redações vencedoras e eternizava a produção dos estudantes. Para muitos deles, aquele foi o primeiro texto publicado, experiência que despertou o interesse pela leitura, pela escrita e, em alguns casos, pelo jornalismo.

Mais do que premiar talentos, os concursos estimularam o protagonismo estudantil, fortaleceram o vínculo entre escola e comunidade e demonstraram que a educação também pode ser construída por meio da comunicação.

A ex-editora-chefe da Tribuna do Planalto, Elizeth Araújo, acredita que essa vocação transformou o próprio ambiente da redação.

“Foram tantos projetos, tanto aprendizado para a Comunicação, que a Tribuna virou uma Escola de Jornalismo.”



Da capital para todo o Estado

A trajetória de um projeto que formou gerações e levou educação para os 246 municípios goianos



Histórias que transformaram vidas

Os números ajudam a dimensionar o alcance do Goiás na Ponta do Lápis, mas são as histórias que revelam seu verdadeiro legado.

Durante anos, a equipe da Tribuna do Planalto percorreu o Estado para entregar medalhas, bicicletas, televisores e computadores aos estudantes premiados. Em muitas cidades, as cerimônias reuniam famílias inteiras e se transformavam em grandes celebrações da educação.

“Pais, mães, avós e tios chegavam emocionados para ver seus filhos receberem uma medalha. Para nós podia parecer um gesto simples, mas para aquelas famílias era

uma conquista imensa”, recorda a ex-editora-chefe Elizeth Araújo.

A jornalista Zezé lembra que cada premiação também valorizava a cultura local, com apresentações de música, dança e teatro realizadas pelos próprios estudantes.

Entre as muitas histórias que marcaram o projeto, algumas permanecem inesquecíveis. Em Goianésia, um aluno da zona rural chorou ao receber uma bicicleta, prêmio que passou a facilitar o trajeto diário até a escola. Em Aparecida de Goiânia, outro estudante ganhou uma televisão, levando a mãe às lágrimas ao revelar que a família

nunca havia tido um aparelho em casa.

A história que mais marcou Elizeth foi a de Thamires, estudante da região oeste de Goiás que escreveu sua redação em braile. “Quando descobrimos o texto, fomos conhecer sua história. Ela tinha deficiência visual, enfrentava uma doença degenerativa e precisava de um medicamento de alto custo”, conta. Vencedora do concurso, Thamires ganhou visibilidade e conseguiu acesso ao tratamento. Na cerimônia final, emocionou o público ao cantar para os presentes. “O concurso transformou vidas por meio da educação e do jornalismo”, resume Elizeth.

Quarenta anos depois de sua fundação, a Tribuna do Planalto continua acompanhando a história de Goiás. Mas parte desse legado também foi escrita dentro das escolas. Nas páginas do Caderno Escola, nos concursos de redação e nas milhares de

histórias que nasceram a partir deles, o jornal demonstrou que informar e educar podem caminhar lado a lado.

O resultado permanece vivo na memória de professores, estudantes e jornalistas que participaram dessa trajetória.

Números que contam uma história

O alcance do Goiás na Ponta do Lápis

- ✓ 246 municípios participantes.
- ✓ 40 coordenações regionais de educação mobilizadas.
- ✓ Mais de 2 mil estudantes premiados em cada edição regional.
- ✓ 13 edições estaduais realizadas.
- ✓ 19 edições do Goiás na Ponta do Lápis.
- ✓ Caderno Escola com 16 páginas distribuído semanalmente.
- ✓ Milhares de professores envolvidos em todas as etapas do projeto.



Polêmicas e escândalos na Copa do Mundo de 2026

As maiores polêmicas da Copa do Mundo dos Estados Unidos/México e Canadá envolvem a intervenção política do presidente dos EUA, Donald Trump, para anular a suspensão do jogador norte-americano Folarin Balogun e os debates em torno do preço dos ingressos, além de contestações sobre a arbitragem em partidas decisivas. Donald Trump confirmou ter entrado em contato direto com o presidente da FIFA, Gianni Infantino, com o objetivo de reverter o cartão vermelho recebido pelo atacante Folarin Balogun, o que garantiu sua presença nas oitavas de final contra a Bélgica.

A decisão de acatar o pedido de Trump gerou revolta internacional, mas pouco adiantou. Tudo começou quando o árbitro brasileiro Raphael Claus expulsou o atacante americano Folarin Balogun na partida contra a Bósnia. Insatisfeito com a decisão, Donald Trump ligou para o presidente da FIFA, pediu e conseguiu anular a suspensão do jogador. Além disso, o presidente americano chamou o árbitro brasileiro de "muito suspeito", sugerindo que ele teria um histórico irregular, embora tanto o governo americano quanto a Casa Branca tenham admitido não possuir evidências concretas para embasar a acusação.

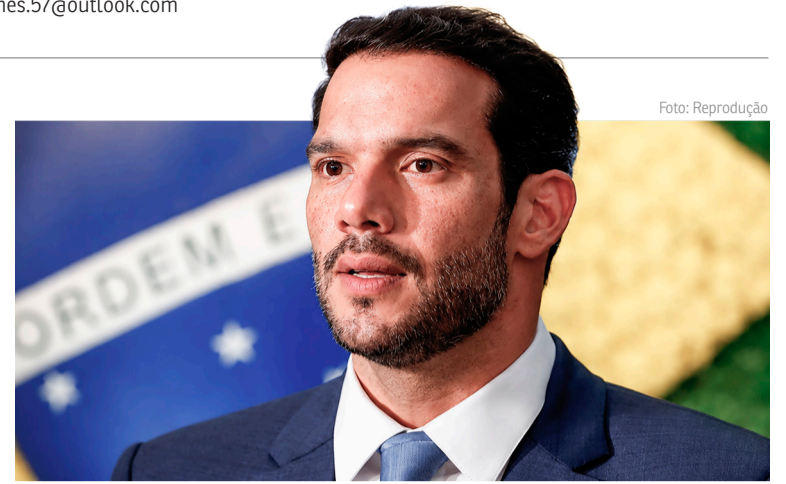
A postura do governo americano gerou repercussão internacional e a FIFA, junto com a Conmebol, saiu em defesa da lisura e da trajetória do árbitro brasileiro no cenário mundial. Nos bastidores, a situação gerou incertezas sobre a escalação de Claus para as partidas finais do torneio, em função da proporção política que o caso tomou. Na partida das oitavas de final contra a Bélgica, os Estados Unidos foram impiedosamente goleados pela seleção europeia e com o resultado de 4 a 1 em favor da Bélgica, acabaram eliminados da competição. Dentro de campo, decisões do VAR e atuações de árbitros foram alvo de severas críticas, especialmente após polêmicas envolvendo gols anulados em confrontos como Argentina e Egito.

Samir Xaud - O escândalo envolvendo o presidente da CBF, Samir Xaud, durante a Copa do Mundo diz respeito ao uso de recursos da entidade para custear viagens e estadias de luxo em Nova York para pessoas próximas, além do vazamento de fotos de uma suposta relação extraconjugal, o que acirrou disputas políticas nos bastidores. O caso explodiu logo no início do Mundial, quando o Portal Léo Dias revelou documentos indicando que despesas corporativas da CBF foram usadas para cobrir despesas de viagem

de uma empresária de Roraima. Pouco depois, o escândalo aumentou com a divulgação de que sua própria irmã, Samara Xaud, também teve passagens para a Ásia custeadas pela Confederação em outubro de 2025. Samir Xaud e a entidade negaram qualquer irregularidade, afirmando que despesas particulares são custeadas pelos próprios dirigentes.

Para evitar maior desgaste à delegação brasileira que disputava o mundial, Samir Xaud deixou momentaneamente a concentração em Nova Jersey e viajou para Orlando. A crise inicial deu uma trégua durante a competição, mas voltou com força após a eliminação da Seleção Brasileira, reacendendo disputas pelo poder interno e suspeitas de "fogo amigo" na contabilidade da Confederação. Com a eliminação do Brasil da Copa, a CBF vive momentos de inquietação nos bastidores. Embora o presidente Samir Xaud tenha mandato confirmado até 2028, já começaram as especulações sobre quem poderá assumir o comando da entidade no próximo ciclo, ou até mesmo antes de terminar o mandato do atual presidente, já que são fortes os rumores sobre uma possível renúncia de Xaud.

Entre os nomes citados, está Francisco Mendes, filho do Ministro do STF Gilmar Mendes. Atualmente, ele



Samur Xaud, polêmicas e escândalos na Copa

ocupa a vice-presidência da Federação Matogrossense de Futebol, faz parte do Comitê Disciplinar da FIFA e atua também como diretor-geral do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, instituição que mantém parceria direta com a CBF em projetos relacionados à formação e educação no futebol. Mesmo sem exercer um cargo oficial na CBF, Francisco Mendes ganhou influência nos bastidores após a chegada de Samir Xaud.

Segundo informações dos bastidores da entidade máxima do futebol brasileiro, Francisco Mendes participa de decisões estratégicas e institucionais da CBF e já teria afirmado a interlocutores que contribuiu para a convocação de Neymar para a Copa do Mundo, onde o atacante do Santos participou apenas de duas partidas, entrando durante o segundo tempo. Com tantos escândalos, ingerências de poderes alheios ao futebol e jogo de interesses pelo poder na CBF, o resultado em campo não poderia ser diferente. A seleção Brasileira teve uma das piores participações em Copas do Mundo, em toda

sua história. Um vexame mundial, uma seleção sem alma, sem time definido e sem a mínima vontade de vencer.

Convocação festiva - A CBF fez uma grande e desnecessária cena para anunciar os jogadores convocados no Rio de Janeiro. A convocação desagradou, pois deixaram de fora jogadores como o centroavante Pedro, do Flamengo, os craques Matheus Pereira e Gerson, do Cruzeiro, especialistas na meia de armação, para levar Neymar, contundido e totalmente fora de forma. Na véspera da Copa, a seleção perdeu o lateral Wesley, que se contundiu no último amistoso da seleção, e para seu lugar, Carlo Ancelotti convocou Danilo, médio volante. O resultado não poderia ser outro. O futebol brasileiro precisa ser passado a limpo, a começar pelo comando da CBF, que precisa rever seus próprios conceitos de gestão do futebol brasileiro. É preciso ter no comando da entidade maior do futebol nacional pessoas qualificadas para o cargo, e que as ingerências dos poderes sejam eliminadas.

Conselho do Goiás aprova mudanças no estatuto

Em reunião realizada na noite da última terça-feira na Serrinha, o Conselho Deliberativo do Goiás aprovou em primeira votação as mudanças propostas para o novo Estatuto do Clube. A principal mudança é a volta da figura de um presidente executivo, com cinco vice-presidentes, de esportes olímpicos; iniciação esportiva e social; de Marketing; Comunicação e Novos Negócios; Administrativo, Financeiro e de Patrimônio: Jurídico e Vice de Futebol, Profissional, Feminino e de Base. A diferença em relação ao modelo existente até 2023 é a manutenção do cargo de Diretor Executivo, atualmente ocupado por Leonardo Pacheco.

A reunião para a segunda votação do Conselho ainda não está marcada, mas ficou definido que no final do ano o Goiás passará por nova eleição para a escolha do novo presidente do Clube. Desde o final de 2023 o Goiás é administrado por um Conselho de Administração,

dirigido por Aroldo Guidão. Esse modelo não deu certo, tem sido muito criticado pela torcida e parte da imprensa, por isso está sendo alterado, com a volta do modelo anterior. Esperava-se mudanças maiores no sistema eleitoral do clube esmeraldino. O colégio eleitoral é composto por 250 Conselheiros que precisam estar adimplentes para exercer o direito de voto. A maioria deles é alinhada com a família Pinheiro, o que praticamente inviabiliza a formação de uma chapa de oposição ao grupo que comanda o Goiás atualmente. Mas essa mudança não aconteceu.

Com um Conselho formado por pessoas "escolhidas a dedo" desde os tempos de Hailé Pinheiro, a oposição aos atuais dirigentes não consegue número suficiente de votos para registrar uma chapa. O sistema presidencialista está voltando ao Goiás, mas o novo presidente a ser eleito no final do ano vai sair da vontade do atual representante da



Goiás muda o Estatuto, mas não muda quem manda

família Pinheiro, Paulo Rogério. Isso quer dizer que o Goiás não vai mudar com as alterações do Estatuto. O clube esmeraldino só vai mudar quando todos os sócios tiverem direito a voto e os esmeraldinos históricos serem respeitados no Goiás, com direito a concorrer aos cargos diretivos do clube, de forma livre e democrática. Esse é o Goiás que a torcida espera, para voltar a ser grande, retornar à série A e assustar os grandes do futebol brasileiro, como sempre fez em jogos no estádio Serra Dourada.

André Pitta, eleito por unanimidade na FGF

O mesmo deve acontecer nas Federações, que são dirigidas pelas mesmas pessoas ao longo de décadas. Em Goiás, André Pitta foi presidente da Federação Goiana de Futebol durante muitos anos. Passou o comando para Ronei Freitas, seu subordinado, que agora lhe devolve a presidência da FGF, onde permanecerá como presidente no período de 2027 a 2031. Pitta foi eleito por absoluta unanimidade. É uma submissão e fidelidade dos colégios eleitorais, tanto nos Estados como em âmbito nacional, difícil de entender.

Nesta Copa do Mundo, os presidentes do Goiás, Atlético e Vila Nova viajaram para os Estados Unidos, a convite da CBF, para assistirem a estreia do Brasil na competição. Tudo pago pela CBF, obviamente. Se os dirigentes goianos foram convidados, certamente todos os dirigentes dos clubes das séries A e B do Brasil participaram do grande trem da alegria. Nessa locomotiva festiva, estiveram também dirigentes de Federações de todo o Brasil.



Fotos: Divulgação